



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO PROGRAMÁTICO

REVISÃO CONJUNTA 2008
AIDE-MÉMOIRE

30 de Abril 2008

I INTRODUÇÃO & CONTEXTO

1. A 30 de Abril 2008, O Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros para o Apoio Programático (PAPs)¹ concluíram a Revisão Conjunta da implementação pelo GdM da estratégia de redução da pobreza absoluta (PARPA) e dos PAP no que concerne a eficácia da ajuda externa. A revisão avaliou o desempenho do GdM e dos PAP ao longo de 2007 com base nos quadros de avaliação de desempenho acordados, e retirou lições chave que devem ter efeito no desempenho em 2008 e no processo de planificação e orçamentação para 2009. A revisão teve como base os planos e relatórios do Governo: PARPA II, o Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado 2007, Balanço do PES 2007, o Relatório de Execução do Orçamento de 2007, Relatórios Sectoriais, Síntese da Sétima sessão plenária do Observatório do Desenvolvimento, o Relatório da Avaliação das Despesas das Finanças Públicas (PEFA) e o Relatório independente da Avaliação do desempenho dos PAP.
2. Estiveram envolvidos vinte e nove grupos de trabalho, distribuídos por cinco pilares temáticos e a avaliação dos PAP. Os grupos foram constituídos por representantes do Governo, os PAP, outros doadores e a sociedade civil² que completaram revisões detalhadas nas suas respectivas áreas. No presente AM a avaliação geral do desempenho do Governo e dos PAP e os assuntos que merecem atenção especial estão apresentados na Secção II. A avaliação detalhada do desempenho do Governo em 2007 aparece na Secção III. A avaliação e recomendações relativas ao desempenho dos PAP estão descritas na Secção IV. A Secção V delinea questões relacionadas com a implementação do Memorando de Entendimento conjunto (MdE).
3. Constituem parte integrante do presente AM os seguintes **anexos**: a matriz de QAD de 2007 com a avaliação do desempenho em relação às metas definidas (Anexo I); a matriz de avaliação do desempenho dos PAP em 2007 (Anexo II); a lista de indicadores do QAD 2009 com proposta de indicadores para alterar na Revisão Semestral (Anexo III); os relatórios dos grupos de trabalho (Anexo IV); o calendário das auditorias de desempenho no sector de justiça e agricultura (Anexo V); a lista dos documentos usados como subsídios no processo (Anexo VI³); os termos de referência da Revisão Conjunta, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho (Anexo VII); o comunicado de imprensa do FMI (Anexo VIII) e a lista de acrónimos e abreviaturas (Anexo IX).
4. De acordo com os Termos de Referência, na avaliação do desempenho do GdM tomou-se em consideração as opiniões da Sociedade Civil discutidas ao nível das reuniões preparatórias para o Observatório de Desenvolvimento e a síntese da Sétima sessão plenária do Observatório de Desenvolvimento que fazem parte do anexo VI deste Aide Mémoire.
5. Uma missão de revisão do FMI visitou Moçambique durante a primeira fase da Revisão Conjunta, de 18-31 de Março. O resultado da missão foi positivo, conforme informado pelo FMI no seu comunicado de imprensa que emitiu no dia 1 de Abril. As conclusões preliminares confirmam o

¹ A Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. Estes parceiros (PAPs) dão apoio ao orçamento e assinaram um Memorando de Entendimento com o Governo. Os observadores incluíram: os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional, Japão e o PNUD.

² Seis grupos de trabalho não têm representantes dos PAP.

³ Na versão electrónica deste AM, que se encontra no www.pap.org.mz, os próprios documentos farão parte do Anexo VI, enquanto a versão em papel só conterá a lista destes documentos.

bom desempenho do GdM nas áreas da estabilidade macroeconómica, inflação, crescimento e da política monetária.

6. Como parte da Revisão Conjunta, e como tem sido habitual, realizou-se um encontro entre os embaixadores da troika dos PAPs e ministros do GdM para a discussão de vários pontos a nível político tais como: a governação com destaque para a corrupção; redução da pobreza e o crescente nível de desigualdade na sociedade; desenvolvimento rural com destaque para a área da agricultura; e maximizar o aproveitamento dos recursos naturais com destaque nos mega projectos e transparência nas concessões.

II AVALIAÇÃO GERAL DO DESEMPENHO EM 2007

7. No contexto *macroeconómico*, a economia moçambicana continuou a crescer a um ritmo acelerado em 2007, não obstante a influência negativa dos choques externos e condições climáticas adversas. A taxa de crescimento real do PIB situou-se em 7,3%, acima dos 7% programados, destacando-se o sector de serviços que foi mais dinâmico nas componentes de transportes e comunicações (20,7%), restaurantes e hotéis (12,6%). Outros sectores que se destacaram foram o conjunto da agricultura, pecuária e silvicultura teve um crescimento de 8,6% e as construções que apresentam um crescimento na ordem dos 9.9%
8. A instabilidade do nível geral de preços, associada aos impactos dos choques externos, foi um constrangimento de relevo ao longo do ano, dado que a inflação acumulada (10,3%) superou a banda de um dígito e a inflação média (8,2%) superou a meta estabelecida pelo Governo. De facto a subida sistemática do preço internacional do petróleo e dos preços dos produtos alimentares básicos importados são factores que contribuíram para o aumento do custo de vida, afectando particularmente a camada mais pobre da população em algumas zonas urbanas. Embora haja indicações de uma tendência decrescente da pobreza, alguns estudos realizados em 2007 indicam por um lado um agravamento das desigualdades socio-económicas na sociedade moçambicana e por outro lado uma vulnerabilidade significativa nas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Para além disso, os resultados do TIA 2007 não são encorajadores, mostrando decréscimos dentre outros na produção e comercialização familiar, na abrangência dos serviços de extensão e contínua baixa produtividade e rendimento. Num contexto onde há pressões contínuas sobre os preços de petróleo, cereais e de oleaginosas no mercado internacional, o país tem que procurar soluções de curto e médio prazo para proteger as camadas mais vulneráveis das populações. É importante melhorar os mecanismos para monitorar a pobreza bem como continuar a desenvolver mecanismos de afectação dos recursos públicos para objectivos estratégicos (CFMP, provincial, sectorial, orçamentação por programas,) para proporcionar um perfil virado ao combate a pobreza, beneficiando a população mais vulnerável, tendo sempre em conta os assuntos de género.
9. A matriz do *QAD do Governo* é composta por 41 indicadores (indicador 22 possui duas linhas). Destes, 24 indicadores tiveram as suas metas atingidas o que corresponde a 59 % de realização, sendo que 22 foram atingidas dentro dos prazos acordados ao longo de 2007 e que 2 foram atingidas já no decorrer de 2008. As restantes 17 o que corresponde a 41% das realizações das metas não foram atingidas mas há progressos assinaláveis em 12 indicadores.

Análise de Pobreza, Sistemas de Monitoria e Gestão de Finanças Públicas

10. O pilar da *Macroeconomia, Pobreza e Gestão de Finanças Públicas* mostrou um *desempenho positivo ao atingir cinco das nove metas acordadas*, nomeadamente nas áreas de execução orçamental agregada, roll out e uso do e-SISTAFE, cobrança de receitas e implementação do

sistema de procurement. Além disso registam-se progressos assinaláveis nos restantes quatro indicadores (monitoria da pobreza, alinhamento do orçamento com o CFMP, expansão o sistema de controle interno e realização da pesquisa de despesas públicas no sector de educação), apesar de não terem sido atingidas as metas estabelecidas.

11. No âmbito do reforço e consolidação do *Sistema de Planificação, M&A*, progressos foram feitos relativamente a institucionalização e melhoria da qualidade dos Observatórios de Desenvolvimento e na melhoria da estrutura do PES/BPES. Em termos gerais, a área da *Gestão das Finanças Públicas* registou *progressos em 2007* onde se destaca a maior abrangência e estruturação do REO 2007; o aumento da inclusão de receitas próprias no OE, o fortalecimento do *CFMP 2008-2010* e a implementação da *orçamentação por programa* no OE 2008 em 3 sectores. Verificou-se também o aumento dos volumes de recursos para os órgãos locais e foi publicado o Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos. O impacto do e-SISTAFE foi mais visível com a conclusão do roll-out e uso da execução orçamental por via directa portanto, a descentralização e a melhoria da capacidade de execução e administração do OE trouxeram transparência, responsabilização e fortificação do controlo nas fases de execução de despesas. Entretanto há ainda muito que fazer para incorporação das despesas de salários, pensões e de fundos externos na execução por via directa e estas constituem prioridades em 2008. Os custos de implementação da reforma são até ao momento superiores em relação as previsões iniciais. Isto deve-se ao facto de terem sido subestimadas as necessidades em termos de recursos financeiros, materiais, e humanos inerentes a reformas desta natureza, tendo em conta as características específicas do país.
12. Na *Reforma Tributária*, o desempenho foi positivo, a meta do QAD acordada para 2007, de aumento de receita total do Estado em percentagem do PIB para 14.9% foi atingida tendo sido ultrapassada em 1.4%, passando para o nível de 16,4%. Notaram-se melhorias na redução dos níveis de evasão fiscal, na gestão dos reembolsos do IVA e na simplificação de procedimentos fiscais e aduaneiros. Os principais desafios são a melhoria da orçamentação e contabilização das receitas próprias, o alargamento da base tributária e a gestão de dívidas acumuladas associadas ao pagamento do IVA em projectos com financiamento externo. A área do Procurement registou um melhor desempenho em 2007 no que diz respeito a criação, estruturação e funcionamento dum total de 472 Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEAS) ao nível central, provincial e distrital, à formação de técnicos e uma melhor abrangência das actividades da UFSA. A revisão conjunta constatou a necessidade do desenvolvimento de um sistema adequado de avaliação do processo de procurement e recomenda a adopção do Regulamento de procurement do Governo pelos parceiros de cooperação.
13. Na *Auditoria Interna*, foram feitos esforços que permitiram melhorar a capacidade inspectora dos Órgãos de Controlo Interno (OCI) através do recrutamento e formação de 49 técnicos afectos às inspecções sectoriais e a conclusão do Manual básico de auditoria. Verificou-se um crescimento em 25% de relatórios de auditoria concluídos. Na Auditoria Externa, as áreas de melhor desempenho em 2007, incluem os melhoramentos significativos na abrangência e qualidade da análise contida no relatório e parecer do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado de 2006, devido ao fortalecimento das capacidades do TA; progresso na qualidade da CGE; e aumento do número de auditorias financeiras realizadas pelo TA (total de 281 dos quais 101 efectuadas nos distritos) representando um crescimento de 115%. Torna-se necessário melhorar o acesso público aos acórdãos e ao Relatório e Parecer da CGE, agilizar a ligação directa do TA à rede do e-SISTAFE e dar seguimento às auditorias, incluindo aos pagamentos das multas provenientes das sentenças.

14. Foi realizada em fins de 2007 uma avaliação de Gestão de Finanças Públicas (GFP) usando a metodologia padronizada *PEFA* cobrindo o período entre 2004 e 2006. ***Em termos gerais, a avaliação mostra que foram conseguidas melhorias significativas na qualidade da GFP durante o período 2004-06.*** Uma grande parte das melhorias foram impulsionadas pelos programas de reforma em curso, em particular a implementação do SISTAFE, mas algumas outras acções específicas como por exemplo o censo dos funcionários públicos, também tiveram um impacto positivo na pontuação. No entanto, continuam a existir áreas de fraquezas e desafios, por exemplo na vigilância do risco fiscal agregado e na abrangência de acções de seguimento do escrutínio externo e auditoria. O principal desafio é assegurar um ***alcance duradouro de resultados*** e produtos cruciais das reformas iniciadas, em particular através da ***consolidação da reforma de procurement e do aprofundamento da reforma do SISTAFE*** e do uso de instrumentos para ***melhorar a alocação estratégica de recursos*** e melhoria do sistema de ***controle interno***, registos financeiros e contabilização, contribuindo para uma ***melhoria da transparência fiscal***.
15. Dando seguimento aos principais resultados e recomendações da ***avaliação PEFA***, assim como de outros diagnósticos como o ROSC de transparência fiscal e a actualização para breve da avaliação do sistema de procurement (CPAR), em conjugação com a necessidade de maior integração e coordenação de esforços, o Governo comprometeu-se a desenvolver uma estratégia de GFP na base do processo já iniciado de elaboração de uma visão de longo prazo de desenvolvimento do SISTAFE. Esta estratégia de GFP irá incluir um plano de acção, a ser desenvolvido e acordado durante 2008, que priorize uma série de acções de curto e médio prazo, assim como reformas estruturais de longo prazo para a consolidação e aprofundamento dos desenvolvimentos no sistema de gestão de finanças públicas.

Governança

16. No pilar da Governança, sete das nove metas foram alcançadas. Estes incluem a meta para a reforma salarial; as metas da descentralização de Orçamento de Estado e o aumento no numero de autarquias (este ultimo atingido com atraso). O processo da ***Reforma do Sector Público*** foi marcado pela realização do ***censo dos funcionários públicos e estabelecimento do respectivo cadastro***, criando condições necessárias para se realizarem as projecções financeiras no âmbito da elaboração da política salarial. Salienta-se a necessidade de basear as decisões da reforma salarial em estudos que analisem as implicações macroeconómicas. Na área de ***descentralização*** destaca-se a decisão para descentralizar fundos sectoriais e a realização de várias acções para fortalecer a capacidade dos órgãos locais do Estado. Além disso, nota-se como passo positivo a proposta de aumentar o número de autarquias (10). Não obstante estes progressos, não foram implementadas na totalidade as actividades planificadas no âmbito da Reforma do Sector Publico. Com excepção da área de licenciamento comercial e industrial (Balcões de Atendimento Único), continua a verificar-se uma fraca focalização e priorização das actividades com vista a simplificação e melhoria de prestação de serviços ao cidadão. E desejável uma maior celeridade na elaboração da estratégia de descentralização e na consolidação do processo de operacionalização dos conselhos consultivos locais.
17. No Sector da ***Justiça, Legalidade e Ordem Pública***, dos cinco indicadores em análise quatro foram atingidos, que são número de casos julgados por ano, número cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento, estatística sobre casos de corrupção e percentagem de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória. Um indicador não foi atingido mas registou progresso que é a percentagem de processos dos crimes esclarecidos. Neste sector nota-se progressos em relação ao número de processos julgados em relação ao ano anterior e na cobertura da assistência jurídica e judiciária gratuita aos cidadãos. Na reforma legal, foram aprovados importantes diplomas legais com impacto na organização do judiciário, designadamente a Lei da

Organização Judiciária, a Lei Orgânica do Ministério Público e respectivo Estatuto do Magistrado do Ministério Público. Contudo, o programa legislativo relativo a alguns diplomas tendentes ao melhoramento do acesso à justiça, tais como o Código Penal, Código de Processo Penal, Código das Custas Judiciais, Lei do IPAJ, Lei dos Tribunais Comunitários, continuam a registar atrasos tendo em conta a necessidade constatada de, por um lado, ampliar a base social de consulta em relação aos códigos referidos para adequá-los a realidade nacional, por outro, atender as implicações orçamentais inerentes à Lei dos Tribunais Comunitários.

18. Avaliando o desempenho em 2007, notou-se a **necessidade de o Pilar de Governação elaborar e/ou melhorar os mecanismos de recolha e tratamento de informação** existentes para os tornar apropriados e credíveis (monitoria, avaliação, pesquisas participativas de prestação de serviços) de forma a aferir os efeitos das reformas (Descentralização, Justiça, Estratégia Anti-Corrupção) na vida do cidadão. A revisão constatou que as informações contidas no Balanço de PES e na matriz de monitoria do PARPA II são insuficientes para a monitoria de alguns indicadores.
19. A Revisão Conjunta reconheceu que várias **reformas, com principal destaque, para a área de Gestão das Finanças Públicas** (e-SISTAFE, *procurement*, controlo interno, auditorias externas), vão **trazer maior controlo** e reduzir o espaço para corrupção e outras irregularidades. O desafio que se coloca é a implementação efectiva destes instrumentos para garantir uma gestão pública transparente e um acompanhamento das fraquezas e ilegalidades que sejam reveladas através das inspecções e auditorias para **umentar a credibilidade das instituições**. Neste contexto, a Revisão Conjunta notou com satisfação a publicação das estatísticas, que demonstram um número significativo de processos disciplinares concluídos em 2007 contra funcionários públicos.
20. No âmbito da prevenção e **combate à corrupção** factores diversos de índole organizativo, interpretação da lei sobre as atribuições e competências dos órgãos da justiça, sua articulação e interacção nesta matéria, gestão de informação e monitoria, entre outros, dificultaram a análise do presente estágio de implementação das estratégias nacionais e sectoriais de combate à corrupção, comprometendo a eficácia dos mecanismos constituídos para este efeito. No entanto, é de notar a adopção de medidas em curso na reorganização do Gabinete Central de Combate à Corrupção e os respectivos gabinetes provinciais em termos de clarificação da sua missão institucional e provisão de recursos humanos especializados, dentro do estratégia global do reforço da legalidade.
21. No entanto, a implementação das medidas acima referidas deverão ser aceleradas, tendo em conta preocupação do sector privado de que a corrupção constitui um dos maiores constrangimentos ao seu desempenho e ao desenvolvimento do ambiente de negócios em geral. Neste sentido o conteúdo e a abordagem dos planos de acção dos sectores serão revistos a luz das lições aprendidas durante a implementação e os progressos atingidos no combate à corrupção em 2007, para melhorar o seu impacto. Para **melhorar o sistema de monitoria e avaliação da Estratégia Anti-corrupção**, com a extinção do Fórum Nacional Anti-Corrupção, as actividades deste foram atribuídas a CIRES, que tem a função de monitorar toda a Reforma do Sector Público e ao Observatório de Desenvolvimento como mecanismo permanente de diálogo e consulta entre o Governo, sociedade civil e parceiros de cooperação. Todavia existe a sugestão dos parceiros de se redefinir um mecanismos independente de supervisão e monitoria. Além disso, continua necessário o **ajustamento da legislação nacional às Convenções Internacionais** que foram ratificadas e o esclarecimento da forma como aquelas podem passar a ser usadas pelos Tribunais.
22. Os **parceiros encorajam o Governo a demonstrar reforçados esforços na luta contra a corrupção**. Não obstante a aprovação nos últimos anos da legislação anti-corrupção, a Estratégia

Nacional e planos de acção nacional e sectoriais anti-corrupção, os parceiros ainda não verificam a desejada grão de implementação e aplicação destes instrumentos. Consideram preocupante o facto que, segundo a informação fornecida, ainda não há nenhum caso de corrupção concluído e julgado pelos tribunais. Há necessidade de se eliminar qualquer noção de impunidade, e evitar conflitos de interesse entre ofícios públicos e interesses comerciais.

Capital Humano

23. Globalmente, o Pilar do *Capital Humano* conheceu bons progressos durante o ano de 2007. O desempenho em relação ao planificado foi positivo. Das 10 metas do QAD, seis foram atingidas, uma meta não foi atingida apesar de se terem registado progressos e três metas não foram atingidas. A maior preocupação reside no alastramento da pandemia do HIV/SIDA, que continua a comprometer seriamente os ganhos do desenvolvimento em todos os sectores. A par dos progressos positivos registados em todos os sectores, particularmente em termos da expansão dos serviços, ainda permanecem grandes desafios nas áreas (i) da qualidade dos serviços, (ii) da coordenação interministerial ao nível da implementação, e (iii) da recolha e sistematização de dados.
24. O desempenho do *sector da saúde* durante o ano foi aceitável pois, e registou melhorias significativas – área priorizada pelo Ministério da Saúde ao longo de 2007 e na área de Gestão de das Finanças Públicas, pese embora as limitações resultantes dos atrasos de desembolsos dos fundos ao sector. Face a esta situação, grande parte das actividades planificadas foi prejudicada, nomeadamente, a formação em Cuidados Obstétricos e TARV (Adulto e Pediátrico) o que condicionou a expansão destas actividades, a extensão da rede sanitária e a compra de equipamento. Dos 5 principais indicadores do QAD Geral, 3 deles atingiram as metas previstas (Cobertura DPT/HB-3^a dose, cobertura de partos institucionais e Grávidas HIV+ que receberam profilaxia, das quais o último indicador apresenta alguns progressos), 1 esteve muito próximo da meta (TARV Adultos), enquanto que 1 (TARV Pediátrico) está aquém das metas. O indicador que consta da matriz do QAD, sobre a percentagem de mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos que possuem pelo menos uma rede mosquiteira impregnada em cada distrito sem pulverização, não faz parte dos cinco indicadores utilizados para esta avaliação. Até a revisão de meio-termo, o sector irá apresentar a proposta dos indicadores para 2009, com bases no QAD sectorial.
25. O desempenho do sector da *educação e cultura* foi positivo. Registaram-se progressos na implementação do Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC). A taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos atingiu os 70,0% contra os 67% programados. A meta prevista da taxa de conclusão (raparigas) também foi ligeiramente ultrapassada tendo atingido os 28,8% contra os 27% planificados. Todavia a relação aluno professor ficou nos 73/1 contra os 71 programados. Há ainda grandes desafios nas áreas de (1) qualidade de ensino, (2) expansão sustentável do sistema pós-primário e (3) capacidade de gestão dos programas, sobretudo ao nível descentralizado.
26. O sector de *água e saneamento* atingiu e superou consideravelmente a meta prevista no QAD 2007. O número de novas fontes dispersas de água construídas foi 1.529 contra 1.055 fontes planificadas. As taxas de cobertura também mostraram um aumento substancial, aumentando o nível de cobertura de água rural e urbana em 48,5% e 40% respectivamente, aumentando o acesso a água potável para 9.871.523 pessoas, por outro lado a cobertura do saneamento aumentou para 47% em zonas urbanas e 39% em zonas rurais. No quadro da descentralização o Sector definiu o novo papel de cada nível e iniciou um processo de descentralização dos fundos para os Distritos e Províncias que ajudará a implementação do Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural. 189. Uma *Auditoria de Desempenho* realizou-se no sector das águas em 2006/2007 que salientou

alguns problemas no sector com destaque para a componente interna do IVA e as dívidas acumuladas, fraca Gestão das Finanças e fraco desempenho em relação à Cobrança das Receitas, falta de dados fiáveis sobre a execução dos fundos externos, entre outros. O sector elaborou um Plano de Acção baseado nas recomendações e tem implementado várias medidas para melhorar a situação. Nos últimos anos constataram-se progressos em relação às áreas de fraco desempenho. O abastecimento de água às comunidades tem forte impacto na redução do esforço e tempo gastos pelas mulheres na aquisição de água para a família de modo que a facilitação do acesso a água constitui uma medida relevante para promoção de igualdade de género. Sugere-se que no futuro o sector deverá providenciar dados desagregados em género, quer em termos de acesso ou impacto.

27. De um modo geral, considera-se positivo o desempenho do sector de **acção social**. Através dos programas Subsídio de Alimentos (PSA), Apoio Social Directo, Benefício Social pelo Trabalho, Geração de Rendimentos e Desenvolvimento Comunitário, foram assistidas 143.305 pessoas correspondendo a um sobre cumprimento em 19% em relação à meta para 2007. No tocante ao PSA, houve aumento dos escalões (de 70 para 100 MT no valor mínimo e de 140 para 300 MT no valor máximo) e do número de delegações do INAS (de 19 para 30), permitindo a aproximação dos serviços aos beneficiários. Observou-se igualmente uma melhoria na execução orçamental do sector de cerca de 77% em 2006, para 98% em 2007.

Desenvolvimento Económico

28. Os sectores que constituem o Pilar de Desenvolvimento Económico tiveram em termos gerais um desempenho positivo ao longo de 2007. Dos 9 indicadores do Pilar, 5 foram atingidas as respectivas metas (28, 29, 30, 31 e 33), 3 não atingidas com progresso e 1 meta não atingida. Destaque vai para o sector financeiro que atingiu todas as metas, ao passo que o sector privado e agricultura atingiram uma meta cada. Uma meta do sector privado e 2 da agricultura não foram atingidas (32, 34 e 35 respectivamente). Das quatro metas não atingidas três registaram progressos assinaláveis nomeadamente a que está ligada aos sistemas de irrigação (34), a meta de estradas (36) e a meta do sector privado ligada ao custo de contratação e despedimento de trabalhadores (32). A meta da agricultura ligada ao acesso à terra não foi atingida (35).
29. ***A reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa*** para o Estado Moçambicano em 2007, abre uma ***nova etapa no desenvolvimento do potencial hidroeléctrico*** do Zambeze possibilitando maior celeridade para a implementação dos projectos Cahora Bassa Norte e Mpanda Unkua, que conjugados com os projectos de centrais térmicas (Moatize e Temane) poderão aumentar significativamente o contributo do sector energético tanto para o PIB como na balança de pagamentos. Nos últimos anos, o maior reconhecimento da ***afluência de recursos naturais*** (minerais, petrolíferos, hidroenergia, florestas, agrícolas, entre outros) em Moçambique tem elevado a consciência sobre a necessidade de desenvolver um ***quadro legal para as parcerias público-privado***, adoptar medidas e instrumentos que estimulem a ***criação de empregos***, desenvolver maior capacidade de gestão dos recursos naturais e melhorar a selecção, negociação e monitoria dos projectos e investimentos nestas áreas. Neste contexto destaca-se a revisão do regime fiscal para as concessões mineiras e petrolíferas como um factor positivo tendente a melhorar as contribuições fiscais destes importantes sectores. Contudo, para permitir a mobilização dos recursos de investimento necessários e maximizar os benefícios para as comunidades e os ganhos para o país, é necessário que ***os projectos sejam concessionados de forma transparente, competitiva e em consonância com o quadro legal existente***.
30. O sector de ***agricultura*** contribuiu com 22% do PIB, não obstante empregar cerca de 70% da população. O cenário potencial de estagnação dos rendimentos agrícolas pode ter consequências nefastas para estabilidade socio-económica e comprometer os esforços para a redução da pobreza.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário deverá servir de base para operacionalização dos programas do MINAG que permitam aumentar a abrangência dos serviços públicos agrários, estimular o crescimento da produtividade do sector familiar e garantir o acesso e posse da terra pelas mulheres. De forma recorrente este sector não tem atingido as suas metas no âmbito do QAD o que consubstancia as dificuldades do sector em prestar serviços agrários básicos aos produtores.

31. É de notar a aprovação da Estratégia de ***Desenvolvimento Rural*** e da Estratégia da Revolução Verde ao longo de 2007. O desafio é de operacionalizar estas estratégias, principalmente através dos PES sectoriais, provinciais e distritais que possam dar maior ênfase à coordenação intersectorial de políticas e investimentos em infraestruturas económicas e sociais, a provisão dos serviços agrários públicos e serviços financeiros por forma a assegurar um crescimento sustentável e integrado das economias rurais e maximizar as oportunidades de desenvolvimento que se abrem como os novos investimentos nas áreas de bio-combustíveis e florestas bem como a integração das comunidades rurais na cadeia de valor do sector do turismo. Contudo, destacam-se os seguintes desafios: (i) a natureza transversal do desenvolvimento rural e, conseqüentemente, a importância de coordenar entre os vários actores; (ii) reforço do diálogo inclusivo tendente a dinamizar um desenvolvimento rural integrado e sustentável; (iii) a falta de uma ligação intrínseca entre a recém aprovada estratégia de desenvolvimento rural e os mecanismos de financiamento distrital para geração de renda e emprego.
32. O desempenho foi positivo no que concerne ***o ambiente para o desenvolvimento do sector privado*** consubstanciado pela melhoria em 6 posições no ranking do país no Relatório do Banco Mundial 2007 “*Doing Business*” como resultado das reformas levadas a cabo pelo governo. Para além disso, o reembolso do IVA melhorou significativamente. Contudo o fraco acesso a fontes de financiamento, bem ilustrado pelo facto de mais de 90 distritos carecerem de agência bancária, e o elevado custo dos serviços financeiros continua influenciando negativamente o crescimento do sector produtivo. O fraco nível de infra-estruturas como estradas, energia e telecomunicações constringe o crescimento do sector empresarial, ao passo que elevado custo dos *scanners* encarece as operações de comércio externo. A continuação do sistema de partilha de multas continua em vários sectores e constitui um incentivo perverso na fiscalização. Ademais, o sector privado alista a corrupção e a criminalidade como factores que afectaram negativamente o seu desempenho.
33. Assim, para que o país continue a ***melhorar o ambiente para o desenvolvimento do sector privado***, a revisão conjunta constatou que há várias acções que deveriam ser levadas a cabo tais como: (i) ***eliminação da exigência de capital mínimo*** na criação de uma empresa, (ii) ***eliminação gradual das inspecções pre-embarque a medida que for criada a capacidade domestica nas alfandegas*** e (iii) a fusão ***dos procedimentos no processo de obtenção de licenças*** de construção (pedido de DUAT, pedido de plano topográfico, e permissão de construção), entre outros.

Assuntos Transversais

34. Dos quatro indicadores dos ***assuntos transversais***, somente uma meta foi atingida, nomeadamente relativo às grávidas HIV+ que receberam profilaxia anti-retroviral. Os indicadores de género e de desenvolvimento rural registraram progressos, porém insuficiente para atingir as metas; e o indicador sobre meio ambiente não foi atingido.
35. Em relação ao combate ao ***HIV/SIDA***, os dados epidemiológicos colectados em 2007 revelaram que os índices de prevalência de HIV/SIDA continuam crescentes, sobretudo no sul do país (mais do que 20% no grupo etário 15-49 anos). Apesar de se ter verificado um progresso importante,

particularmente no tratamento, muito mais precisa ser feito, com ênfase para a ampliação da escala, melhoria da qualidade e eficácia da resposta nacional com destaque para a prevenção. Atenção particular deverá ser dada à abordagem do HIV/SIDA em todos os sectores. Neste contexto, é importante que todos os sectores revejam conjuntamente a sua abordagem à protecção social nomeadamente às crianças órfãs e vulneráveis

36. No âmbito das *calamidades naturais*, o Governo continuou a concentrar os seus esforços na implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades iniciada em 2006. O ano 2007 foi caracterizado pela ocorrência de uma série de choques ambientais (cheias, ciclones e seca). As cheias ultrapassaram os níveis de 2001, mas devido às preparações e intervenções atempadas por parte do Governo, o impacto na dimensão humana foi minimizado. No entanto os choques ambientais influenciaram significativamente o estado de *Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)* da população moçambicana, reduzindo o acesso físico e económico dos alimentos aos agregados familiares (AFs) mais vulneráveis.
37. Não obstante os progressos alcançados, persiste a necessidade de se melhorar a coordenação na fase da planificação ao nível dos vários sectores do governo e parceiros de cooperação que directamente intervêm na implementação do Plano Director de Prevenção e *Mitigação das Calamidades*, assegurando-se a integração de tais assuntos nos planos sectoriais a todos os níveis e ao estabelecimento de um Sistema Integral de Redução da vulnerabilidade às calamidades. E ainda conhecendo as limitações do Governo, devem ser encontrados melhores mecanismos de financiamento do Plano de Contingência Nacional. Deverão ainda ser introduzidas melhorias ao processo de reassentamento e identificados mecanismos para a criação de um Fundo Nacional de Calamidades, que incluam sistemas e/ou mecanismos de transferência de riscos. A revisão conjunta recomendou a canalização de recursos para emergência através do orçamento de estado.
38. Para se alcançar o *desenvolvimento sustentável* a nível do país, requer-se-á uma mudança dos paradigmas do desenvolvimento sectorial, em benefício de abordagens integradas, que se podem atingir através do reforço de parcerias. *A Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS)* promove este tipo de parcerias com os sectores, através de pontos focais e unidades ambientais, por forma a criar-se uma visão comum no tratamento das matérias ambientais no país, conducente a um desenvolvimento sustentável que contribua para a erradicação da pobreza. Em 2007 foram aprovados dois instrumentos fundamentais para o Ambiente como a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique e a Lei do Ordenamento Territorial, todavia persistem dificuldades para a implementação prática destes instrumentos. Para além de recursos financeiros, para se alcançar o desenvolvimento sustentável a nível do país, requer -se uma mudança nas abordagens do desenvolvimento sectorial, em benefício de abordagens mais integradas. Uma maior actuação do MICOA e CONDES no fortalecimento da coordenação intersectorial e promoção do uso de instrumentos como Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) aos programas sectoriais é essencial para assegurar a integração da agenda ambiental nos planos e programas sectoriais. Com vista a colmatar esta situação, o Conselho de Ministros deliberou em 2007, que cada Governo Provincial deverá dedicar em cada semestre, uma sessão do seu governo para questões ambientais. Foi também aprovado em 2007, o Plano Nacional de Adaptação as **Mudanças Climáticas** (NAPA) que precisa de ser amplamente divulgado e integrado nos planos sectoriais, provinciais e distritais. Para melhorar a coordenação e colaboração intersectorial na área ambiental o MICOA continuará a promover o funcionamento de Unidades Ambientais nos sectores e empresas envolvidas na exploração dos recursos naturais do País

39. Registrou-se um crescente reconhecimento das **questões de género**, através do estudo sobre a contribuição da mulher no crescimento económico e do desenvolvimento de protocolos para a provisão de cuidados médicos às vítimas de violência. A produção do relatório do CEDAW, a disseminação da Política de Género e da estratégia da sua implementação, a elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher e a criação dos Conselhos Distritais para Avanço da Mulher (CDAM) constituíram oportunidades estrategicamente importantes para a **equidade de género e respeito dos direitos humanos das mulheres**. Uma análise sobre o desempenho dos sectores mostra que no geral, há uma melhoria na abordagem das preocupações anteriormente expressas, exemplificados pelos esforços para inclusão de mulheres nos programas de alfabetização, melhoria na provisão de cuidados obstétricos e no aumento da cobertura geográfica dos Gabinetes de Atendimento para Vítimas de Violência. Não obstante persiste o desafio de dar maior visibilidade às questões de igualdade de género nos sectores. A contínua falta de dados desagregados por sexo torna virtualmente impossível a análise dos impactos por género.

Actualização da informação sobre o Banco Austral

40. A Revisão Conjunta tem estado a seguir o processo relacionado com a reestruturação do **Banco Austral** e em 2007 acordou-se actualizar a informação durante a presente revisão. No concernente a recuperação do crédito mal parado, este continuou em 2007 a um passo melhor que nos dois anos anteriores (Anexo Informativo, REO 4, 2007). Nota-se que a recuperação do crédito dos 70 processos a serem cobrados pelo Estado melhorou muito em 2007, com a cobrança nesse ano de mais de 56% do total recuperado, reflectindo a contratação pelo Estado de uma entidade para fazer as cobranças. No global, 21,6% do crédito malparado dos 70 processos foi recuperado e 53,4% da carteira executada pelo BAU. Quanto aos processos criminais em relação ao seguimento da auditoria forense não há novas informações.

Avaliação dos PAPs

41. A revisão do **desempenho dos PAP em 2007** foi efectuada por uma equipa de consultores independentes. A base para a avaliação foi a matriz QAD dos PAP para 2007 conforme acordado com o GdM e os PAP durante a Revisão Semestral de 2006. No geral, o **desempenho** do grupo foi **misto**, com melhorias em algumas áreas mas com um fraco desempenho em outras áreas. Apesar de melhorias de alguns PAP, **o desempenho em geral foi baixo quando comparado com o ano de 2006**. Houve progressos em quase todas as áreas, mas muitas vezes não suficientes para atingir as metas. Comparado com 2006, houve uma descida na pontuação do grupo como um todo.
42. Áreas de progresso na avaliação geral baseada no QAD incluem a **composição de carteira, utilização dos sistemas de gestão de finanças públicas do Governo e a previsibilidade a curto prazo do apoio geral ao orçamento**. Por outro lado, continuam a não ser atingidas as metas de composição de carteira, apesar do referido progresso. Outras áreas de dificuldade incluem o uso de sistemas de auditoria nacionais, o número de missões e missões conjuntas e cooperação técnica coordenada (CT). Nestes indicadores os PAP não conseguiu realizar as metas do grupo e também menos de 45% dos PAP realizaram as metas individuais.
43. No que concerne a **composição de carteira, houve um aumento da proporção de Apoio Geral ao Orçamento (AGO) e de apoio programático no total de ajuda externa dos PAP**, comparado com o ano anterior, embora que estes aumentos não foram suficientes para atingir as metas. O AGO aumento de 34% para **36%, contra uma meta de 40%**, e o apoio programático aumento de 55% para 61%, contra a meta de 72%. Houve também um desempenho misto na área de previsibilidade; foi reduzido o número de PAP com acordos de menos de três anos, mas não foi possível atingir a

meta. Todos os PAP fizeram compromissos no prazo estabelecido, e só um PAP não desembolsou no ano fiscal para o qual foi agendado.

44. Registou-se progresso na utilização dos sistemas do Governo. A maior parte da ajuda ao GdM dos PAP foi registado no OE (uma estimativa de 98%, comparado com 67% em 2006) e a ajuda desembolsada pelos PAP como percentagem da ajuda registada no orçamento do GdM atingiu 94%. *As metas de utilização dos i) procedimentos de execução, ii) prestação de contas financeiros e iii) procurement nacionais foram todas atingidas.* No entanto, não foi atingida a meta para utilização dos procedimentos de auditoria nacionais.
45. O grupo *não atingiu nenhuma das três metas na área de consolidação e harmonização da condicionalidade.* Embora tenha havido algum progresso na eliminação de excepções ao anexo 10 em 2007 isto não é suficiente. Registaram-se em 2007, a Revisão Conjunta considera ser ainda insuficiente. *191 missões contra uma meta de 140.* Isto reflecte uma melhoria ligeira contra o ano anterior, em que houve 213 missões contra uma meta de 140, mas continua a ter um impacto negativo sobre os custos de transacção para o Governo. A meta sobre missões conjuntas também está longe de ser atingida, tendo sido realizado 18% contra a meta de 30%. *No Reforço Institucional, atingiu-se duas das três metas, as de número de PIUs paralelo e % de cooperação técnica sectorial.* No entanto, a meta sobre cooperação técnica oferecida através de programas coordenados não foi atingida.
46. Olhando para o *desempenho individual* dos parceiros, os mais fortes (com 30 ou mais pontos dos 36 possíveis) foram DFID, Suíça, Holanda, Bélgica e Noruega. Os PAP com desempenho médio (de 23-29 pontos inclusive) foram Irlanda, Espanha, Suécia, Itália, Dinamarca, Finlândia e a Comissão Europeia. Os PAP que tiveram um desempenho mais fraco (15-22 pontos) foram Canada, França, Alemanha, BAD, Banco Mundial, e Portugal. O grupo dos PAP de bom desempenho é quase igual ao de 2007. No entanto, alguns PAP bilaterais melhoraram bastante em 2007 quando comparado com 2006, como foi o caso de Espanha (aumentou 10 pontos), Itália (5), Bélgica (4), Noruega (4), Dinamarca (4) e França (4).
47. De notar que existem aspectos que não estão reflectidos no QAD mas pela sua importância, a Revisão Conjunta reconhece que devem ser mencionados. Neste âmbito, destaca-se *melhoria de desempenho em 2007* como sejam a manutenção do *alinhamento do QAD (do Governo) com a matriz estratégica do PARPA II*, a introdução de *compromissos indicativos para projectos alinhado com os prazos para AGO*, o esforço tendente a divisão de trabalho entre os PAP, e o funcionamento de ODAMAZ dentre outros.
48. Por outro lado, há áreas que necessitam de maior atenção. O *Relatório PEFA 2007 identificou a prestação de informação financeira para a orçamentação e reporte do apoio a projectos e programas como uma área de fraqueza.* Canalização dos fundos pela Conta Única do Tesouro (CUT) vai resolver este último problema. Destaca-se também a diferença entre os compromissos de ajuda e eventuais desembolsos: Enquanto o aumento de inclusão de compromissos no OE é bem vindo, eventuais desembolsos menores que previstos em metacais levou ao Governo ter de fazer reajustamentos dos seus planos financeiros. Ainda ao nível sectorial (com destaque para a saúde e infra-estruturas) as grandes diferenças entre compromissos e desembolsos em projectos e programas levaram a níveis de investimento abaixo do previsto. Também ao nível sectorial mantém-se o desafio de maior alinhamento dos projectos e apoio sectorial (incluindo processos paralelos de *procurement*, capacidade de implementação, eliminação de condicionalidade paralela, registo no orçamento, consistência com planos sectoriais ou nacionais etc.). Outras áreas que necessitam de maior atenção incluem fundos verticais (especialmente no sector de saúde); coordenação da cooperação técnica; respeito pelos processos e fóruns estabelecidos para o diálogo

técnico e político; maior racionalização dos grupos de trabalho sectoriais; e a necessidade de reduzir mais os custos de transacção das revisões.

49. Para os PAP que obtiveram uma *pontuação baixa* para 2007, *espera-se que façam o melhor* nos anos futuros visto que já começaram a trabalhar para desenvolver uma carteira e estrutura de gestão de projecto mais em linha com as metas do QAD dos PAP (e da Declaração de Paris). Apesar da necessidade e desejo conjunto de aumentar a ajuda programática, devia ser salientado que os projectos podem e devem ser feitos de forma mais alinhada, e podem satisfazer quase todos os indicadores na matriz do QAD dos PAP se cumprirem com certos critérios e se estiverem alinhados com estratégias e procedimentos nacionais.

CONCLUSÕES

50. Face as constatações acima referidas a Revisão Conjunta concluiu que a avaliação mostra desempenho positivo em várias áreas do programa representado pelos indicadores do QAD, existindo no entanto áreas com fraco desempenho sobre as quais concordou-se prestar maior atenção. Tomando em consideração esse compromisso, a revisão considerou que existe uma base satisfatória para os PAP continuarem a dar apoio orçamental. As decisões sobre o nível dos compromissos para o orçamento 2009 serão comunicadas dentro de quatro semanas depois do encerramento da Revisão Conjunta.
51. Assim, concordou-se dar prioridade aos seguintes assuntos:

Acções a serem desenvolvidas pelo Governo

- ***Melhoramento dos mecanismos de monitoria da pobreza e afectação dos recursos públicos para objectivos estratégicos***

Usar mais o CFMP (provincial, sectorial, orçamentação por programas,) para proporcionar um perfil virado à pobreza, beneficiando a população mais vulnerável, tendo sempre em conta os assuntos de género. Vários estudos sobre a pobreza indicam por um lado uma desigualdade cada vez maior na sociedade moçambicana e por outro lado uma vulnerabilidade significativa nas camadas mais desfavorecidas da sociedade e que a mobilidade social ascendente é também inibida pelo custo elevado de alimentação, habitação, serviços públicos e transporte. Num contexto onde há pressões contínuas sobre os preços de petróleo, cereais e de oleaginosas no mercado internacional, o país tem que procurar soluções de curto e médio prazo para proteger as camadas mais vulneráveis das populações.

- ***Prevenção do HIV/Sida***

Há necessidade de ampliar a escala, a qualidade e a eficácia da resposta nacional com base na revisão da estratégia em implementação. Os dados epidemiológicos colectados em 2007 mostram que os índices de prevalência de HIV/SIDA continuam muito altos e com uma tendência crescente, com destaque para a região sul do país onde a prevalência é mais do que 20% no grupo etário 15-49 anos.

- ***Maximizar o aproveitamento dos recursos naturais***

Há necessidade de desenvolver a capacidade de selecção, negociação e monitoria dos projectos e investimentos bem como o quadro legal para as parcerias público-privadas para aproveitar a oportunidade dos recursos naturais (minerais, petrolíferos, hidroenergia, florestas, agrícolas, entre outros) do país. Estas condições irão permitir a mobilização dos recursos de investimento necessários e maximizar o benefício das comunidades e os ganhos para o país, para que os projectos sejam concessionados de forma transparente, competitiva.

- ***Desenvolvimento económico nas zonas rurais***

Para que este objectivo seja alcançado é necessário:

- (i) Dar maior atenção à actividade económica que assenta nas empresas de pequena e média escala;
- (ii) Proporcionar e criar sinergias entre os sectores primários (Agricultura, Silvicultura, Pesca e Aquacultura e o Turismo);
- (iii) Dar maior ênfase à coordenação inter-sectorial de políticas e investimentos em infraestruturas económicas e sociais, a provisão dos serviços agrários públicos e serviços financeiros por forma a assegurar um crescimento sustentável e integrado das economias rurais e maximizar as oportunidades de desenvolvimento que se abrem com novos investimentos

- ***Estratégia Anti-Corrupção***

Para a implementação da Estratégia Anti-Corrupção há necessidade de ter um Sistema de monitoria adequado com estatísticas que ilustram as medidas administrativas na função pública tanto como os casos julgados nos tribunais, e o ajustamento da legislação nacional às Convenções Internacionais que foram ratificadas e o esclarecimento de maneira que elas possam passar a ser usadas pelos tribunais.

Acções a serem desenvolvidas pelos PAPs

- ***Divergências entre os compromissos e os desembolsos nos projectos***

Estas deverão ser reduzidas com vista a aumentar a previsibilidade e evitar a insuficiência de fundos para a implementação das actividades programadas.

- ***Seguimento às recomendações do relatório PEFA***

Os parceiros deverão dar maior destaque no concernente a provisão de informação financeira.

- ***Redução do Número de missões***

Esta é uma questão chave para o Governo, os PAPs são encorajados a desenvolver esforços para se atingir esta meta.

III SUMÁRIO POR PILAR DOS RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Gestão Macroeconómica e Pobreza e Gestão das Finanças Públicas

52. O desempenho do Governo em 2007 na área de gestão macroeconómica e pobreza e gestão das finanças públicas foi positivo. A maioria dos indicadores do QAD foram atingidos (nos 2,5,6,7, e 9), e os que não foram atingidos (1,3,4 e 8) tiveram progressos consideráveis. No caso de dois indicadores as metas foram ultrapassadas, que é bastante positivo, e aqui se destaca a área de reforma tributária.

Gestão Macroeconómica e da Pobreza

53. Em 2007, a economia moçambicana continuou a crescer a um ritmo acelerado não obstante a influência negativa dos choques externos e condições climatéricas adversas. A taxa de crescimento real do PIB situou-se em 7,3%, acima dos 7% programados, o conjunto da agricultura, pecuária e silvicultura teve um desempenho positivo (8,6%), destacando-se os serviços e tendo sido os transportes e comunicações (20,7%), os restaurantes e hotéis (12,6%) os mais dinâmicos. Ainda neste contexto, no sector externo, continuou a reflectir-se o grande impacto dos mega projectos, enquanto que o valor das exportações tradicionais caiu (-31%), reflectindo-se na fraca competitividade da economia. A tendência da apreciação da taxa de câmbio não facilitou a expansão dessas exportações.
54. A instabilidade do nível geral de preços associados aos impactos dos choques externos foi um constrangimento de relevo ao longo do ano, dado que a inflação acumulada (10,3%) superou a banda de um dígito e a inflação média (8,2%) superou a meta estabelecida pelo Governo. De facto a subida sistemática do preço internacional do petróleo e dos preços dos produtos alimentares básicos importados são factores que contribuíram para o aumento do custo de vida, afectando particularmente segundo os estudos a camada mais pobre da população em algumas zonas urbanas.
55. No âmbito do reforço e consolidação do Sistema de Planificação, M&A, progressos foram feitos relativamente a institucionalização e melhoria da qualidade dos Observatórios de Desenvolvimento e melhoria da estrutura do PES/BPES.
56. Neste contexto, apontam-se outras prioridades para 2008, com destaque para a necessidade da melhoria do alinhamento entre o PES e o BdPES; a abordagem do CFMP ao nível distrital (e-SISTAFE); estabelecimento de uma equipa técnica para operacionalização dos estudos; melhoria do programa de estatísticas sobre o IAF; necessidade de racionalização do sistema das estatísticas agrícolas; finalização do Guião de Orientação do Observatório de Desenvolvimento (OD's); melhoria do indicador do QAD número 1 e o fortalecimento da capacidade da Sociedade Civil.

Gestão das Finanças Públicas

57. No orçamento, os progressos em 2007, incluíram a melhor e maior abrangência estruturação do REO 2007; o aumento na realização das receitas e da inclusão de receitas próprias no OE; a melhoria do roll out do SISTAFE, a orçamentação por programa foi implementada nos sectores de MEC, MINAG e MOPH. Aumentaram-se também os volumes de recursos para os órgãos locais e o classificador funcional foi adaptado e implementado no OE 2008 (ainda não visível no

documento publicado). Foi publicado o Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos.

58. Constituem prioridades a necessidade de melhor alinhamento entre o primeiro ano do CFMP 2008-10 e o OE, um melhor custeamento dos planos dos sectores, a expansão da orçamentação por programa para os sectores de Saúde e Transportes e Comunicações e informação sobre a despesa de acordo com a classificação funcional contido no REO 2008. Em relação ao CFMP, afigura-se importante o aprofundamento dos critérios para afectação inter-sectorial e territorial (incluindo elementos de equidade regional) de alocação de recursos públicos. Ainda persiste a necessidade de solucionar os problemas no processo de pagamento do IVA no sector das obras públicas.
59. A gestão da componente externa do orçamento de investimento por parte dos Parceiros e do Governo, especialmente de projectos mas também dos fundos comuns, requer melhorias firmes de forma a aumentar a taxa de execução
60. Em relação as áreas acima referidas (orçamentação por programa, gestão da componente externa, aprofundamento do CFMP, inclusão de receitas próprias no UE) medidas concretas serão definidas e inseridas no plano de acção da GFP em curso como parte integral do seguimento da PEFA.
61. Relativamente ao SISTAFE, até 2007, tinham sido alcançados importantes resultados que tornaram o impacto do e-SISTAFE mais visível, estes relacionados com o contínuo desenvolvimento e implementação das suas funcionalidades nucleares. Actividades preparatórias estão a ser desenvolvidas em áreas tais como pagamento de salários e tributação, gestão do património do Estado e interligação da gestão da dívida pública.
62. Um dos principais marcos da reforma em 2007 foi a conclusão do roll-out e uso da execução orçamental por via directa portanto, a descentralização e a melhoria da capacidade de execução e administração do OE trouxeram transparência, responsabilização e fortificação dos controlos nas fases de execução de despesas. Entretanto há ainda muito que fazer para incorporação das despesas de salários, pensões e de fundos externos na execução por via directa e estas constituem prioridades em 2008. Os custos de implementação da reforma são até ao momento superiores em relação as previsões iniciais. Isto deve-se ao facto de terem sido subestimadas as necessidades em termos de recursos financeiros, materiais, e humanos inerentes a reformas desta natureza, tendo em conta as características específicas do país. Um dos desafios consiste em criar estratégias para capacitar o ministério das finanças para garantir a sustentabilidade técnica e financeira do e-SISTAFE e paralelamente desenvolver uma visão estratégica da gestão das Finanças Públicas.
63. No geral, a reforma foi mais onerosa do que o inicialmente previsto, tanto em termos de recursos financeiros, como em termos de recursos humanos e materiais. Um dos desafios consistem criar estratégias para capacitar o ministério das finanças para garantir a sustentabilidade técnica e financeira do e-SISTAFE e paralelamente desenvolver uma visão estratégica da gestão das Finanças Públicas.
64. Na área da Reforma Tributária, o desempenho foi positivo, a meta do QAD acordada para 2007, de aumento de receita total do Estado em percentagem do PIB para 14.9% foi atingida tendo sido ultrapassada em 1.4%, passando para o nível de 16.4% referente à consolidação da reforma tributária e aumento das receitas internas foi bastante positivo. A receita total do estado cobrada em 2007 atingiu 33.059,25 milhões de meticais, correspondendo a um nível de execução de 102.5% em relação ao valor programado. As principais áreas de progresso neste contexto foram a consolidação da estrutura da Autoridade Tributária; notou-se melhorias de desempenho operacional, na redução dos níveis de evasão e fraude fiscal e no processo de gestão dos

reembolsos do IVA. O quadro legislativo e de regulamentação foi actualizado visando a simplificação de procedimentos dos principais impostos, a regulamentação nas áreas de finanças e património das autarquias e os procedimentos aduaneiros. As prioridades incluem a melhoria da orçamentação e contabilização das receitas próprias; a recuperação de montante acumulado de impostos em dívida; e aumento das receitas de exploração de recursos naturais. A devida orçamentação e pagamento do IVA pelo governo em projectos de investimento com financiamento externo é uma prioridade, tal como a entrada em funcionamento dos tribunais fiscais e redução dos custos de transacção na importação/exportação de mercadorias.

65. Na área do *Procurement*, as áreas de melhor desempenho em 2007 foram a criação, a estruturação e o funcionamento dum total de 472 Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEAS) ao nível central, provincial e distrital; a formação de cerca de 1884 técnicos; foram recebidos e analisados 1405 concursos mostrando uma melhor abrangência das actividades da UFSA; e foi estabelecido o portal electrónico da UFSA.
66. No concerne as prioridades, salientam-se a necessidade de continuação das acções de supervisão e assistência técnica e monitoria do performance das UGEA's; a continuação das acções de formação e implementação de Acordos Técnicos de Trabalho com instituições relevantes no país, e actualização urgente do plano de acção da reforma do *procurement*.
67. Na Auditoria Interna, embora o indicador tenha sido acordado e o plano trienal do SCI aprovado nos meados de 2007, o mesmo foi submetido a revisão no segundo semestre de 2007. Por esta razão, não existiam condições plenas para implementação do mesmo. No entanto, esforços diversos permitiram para além do acima citado o seguinte: Para melhorar a capacidade inspectora dos Órgãos de Controlo Interno (OCI) foram recrutados e formados 49 técnicos para o SCI afectos às inspecções sectoriais.
68. A elaboração do Modelo de Negócio do SCI foi uma actividade que teve o seu início em 2007 e tem em vista o desenho das linhas gerais e estrutura de funcionamento do SCI no futuro em articulação com os restantes subsistemas; A conclusão do Manual básico de auditoria foi um aspecto muito importante. Ainda, em 2007, foram concluídos pela IGF 130 relatórios de auditoria tendo-se verificado um crescimento em 25% relativamente ao ano 2006 e foram identificadas 300 recomendações de maior peso que serão objecto de acompanhamento até ao final do 1º semestre de 2008.
69. A elaboração e revisão da legislação sobre a estrutura organizacional da IGF que embora finalizada, a sua aprovação só será em 2008.
70. A responsabilização dos gestores em casos de desvios às normas e actos de corrupção ainda constitui um desafio e para tal devem ser melhor tratados por forma a permitir uma melhor visualização do processo de combate a corrupção pelo Governo.
71. Recomenda-se esforços combinados do Governo e dos PAPs para assegurar a urgente revisão, aprovação e financiamento do plano do SCI de modo a não comprometer a meta para o corrente ano.
72. Na Auditoria Externa as áreas de melhor desempenho em 2007, incluem os melhoramentos significativos na abrangência e qualidade da análise contida no relatório e parecer do TA sobre a CGE de 2006, devido ao fortalecimento das capacidades do TA; progresso na qualidade da CGE;

número de auditorias financeiras realizadas pelo TA (total 281), representando um crescimento de 115% e das quais 101 auditorias efectuadas aos distritos (sendo 55 no ano de 2006).

73. Como desafios, destacar a necessidade de melhorar o acesso público aos acórdãos e ao Relatório e Parecer da CGE; organizar urgentemente a ligação directa do TA à rede do e-SISTAFE (que actualmente representa uma limitação grave no trabalho do TA), e dar seguimento aos pagamentos das multas provenientes das sentenças àquelas entidades que não paguem dentro do prazo estipulado.

Assuntos Transversais

74. Na abordagem dos Assuntos Transversais constatou-se a necessidade de trazer a discussão algumas questões metodológicas e eventualmente fazer transparecer melhor estes assuntos.

Pilar de Governação

75. Em termos de progresso, o processo da Reforma do Sector Público foi marcado pela realização do censo dos funcionários públicos e estabelecimento do respectivo cadastro, criando condições necessárias para se realizarem as projecções financeiras no âmbito da elaboração da política salarial. Na área de descentralização destaca-se a decisão para descentralizar fundos sectoriais e a realização de várias acções para fortalecer a capacidade dos órgãos locais do Estado. No Sector da Justiça, Legalidade e Ordem Pública notam-se progressos em relação ao número de processos julgados em relação ao ano anterior e na cobertura da assistência jurídica e judiciária gratuita aos cidadãos.
76. Avaliando o desempenho em 2007, notou-se a necessidade de o Pilar de Governação elaborar e/ou melhorar os mecanismos de recolha e tratamento de informação existentes para os tornar apropriados e credíveis (monitoria, avaliação, pesquisas participativas de prestação de serviços) de forma a aferir os efeitos das reformas (Descentralização, Justiça, Estratégia Anti-Corrupção) na vida do cidadão. Os parceiros chamam atenção para o facto de que as informações contidas no Balanço de PES e na matriz de monitoria do PARPA II serem insuficientes para a monitoria de alguns indicadores.
77. Na área da Reforma do Sector Público a meta foi atingida (12). Na área de Descentralização, dos três indicadores dois as metas foram atingidas, um em tempo útil (10) e outro com atraso (13) e a terceira não foi atingido mas registou progresso (11). No Sector da Justiça, dos cinco indicadores em análise quatro foram atingidos (14, 15, 16 e 17), um não atingido mas registou progresso (18).

Reforma do Sector Público

78. Na Reforma do Sector Público a coordenação entre os intervenientes foi consolidada uma vez que a CIRES P assumiu responsabilidades acrescidas, pois além da UTRES P integra outras unidades de reforma, nomeadamente a UTRAFE, UTREL e UTICT. A nova liderança na UTRES P trouxe uma nova dinâmica e confiança para a reforma. Os sectores passaram a incluir as acções da reforma nos respectivos Planos Económicos e Sociais e também foram criadas as condições para a melhoria de prestação de serviços ao cidadão com a colocação de 435 técnicos médios e superiores nos distritos, foram criados 472 UGEAs e formados mais de 1884 funcionários para o uso do novo código de *procurement*. Foi desenhado e implantado o cadastro e realizado com sucesso o recenseamento dos funcionários e agentes do Estado de Fevereiro a Julho de 2007 que criou as condições necessárias para se realizarem as projecções financeiras no âmbito da elaboração da política salarial. Ainda em 2007, o Governo aprovou os Parâmetros para o Desenho da Política Salarial que se espera que seja transparente, viável e que contribua para o recrutamento e retenção dos funcionários públicos, bem como o modelo conceptual do sistema de avaliação de desempenho.
79. Não obstante o facto da execução orçamental situar-se na ordem do 81%, mais de metade das actividades planificadas não foi implementada no âmbito da Reforma do Sector Público. Com excepção do MIC (BAÚ), continua a verificar-se uma fraca focalização e Priorização das actividades com vista a simplificação e melhoria de prestação de serviços ao cidadão. Neste contexto o Governo compromete-se a implementar em 2008 a Carta dos Serviços nos sectores chave, bem como mecanismos de recolha regular da opinião dos utentes sobre a qualidade de prestação de serviços (pesquisas participativas).

Descentralização

80. Na Descentralização, é considerado positivo: a aprovação pelo Conselho de Ministros, em Outubro de 2007, de uma proposta para a descentralização de fundos sectoriais de águas, estradas, agricultura e infra-estruturas da educação e saúde. Foram realizadas várias acções orientadas para o fortalecimento da capacidade dos órgãos locais do Estado. Em 2007, todos os distritos beneficiaram de apoio técnico na elaboração de planos e orçamentos operacionais (PESODs) e na programação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL). Mais de 80% dos distritos já têm Planos Estratégicos Distritais de Desenvolvimento (PEDDs) elaborados e aprovados enquanto os restantes distritos estão em fase avançada de sua elaboração. Também foi preparada uma proposta para criar 10 novas autarquias em 2008.
81. Foi registada a preocupação em relação aos desafios referentes à liderança e coordenação intersectorial no processo de descentralização e em relação à celeridade da elaboração duma estratégia. Embora tenha sido referido nas últimas revisões conjuntas, ainda não se registaram progressos significativos nesta questão. Na área de participação comunitária, existem desafios em termos da consolidação do processo de institucionalização dos Conselhos Locais, sua representatividade e clareza nos processos de tomada de decisão. Foi elaborada uma proposta do guião para o funcionamento do Conselhos Locais de forma a alinhá-lo com a Lei dos Órgãos Locais do Estado e seu Regulamento. No primeiro semestre de 2008 será feita uma consulta as províncias, distritos e representantes da sociedade civil. Reconhece-se os avanços no desenho do Programa Nacional PPF, mas a sua finalização e implementação registam atrasos significativos. A selecção de novas autarquias foi feito tendo como base o estatuído na Lei 2/97 de 18 de Fevereiro que define os critérios de selecção dos territórios a serem autarcizados, no seu artigo nº 5, mas os parceiros lamentam que o processo de selecção não foi feita de uma forma transparente.

82. No Sector da Justiça e Ordem Pública, o sistema judicial registou melhorarias na sua produtividade ao julgar 125.594 processos nos tribunais judiciais, representando um acréscimo de 24.211 processos em relação à 2006, ou seja um incremento de 24% na produtividade dos tribunais. Notou-se uma tendência de redução de pendências a nível global de 14%. No que tange a processos envolvendo réus presos é de registar que 39% da população prisional aguarda julgamento à ordem de outras autoridades, contra 42% registados no ano anterior. Por outro, a provisão de assistência jurídica e judiciária elevou o grau de cobertura dos distritos na implantação e ou assistência jurídica e judiciária gratuita dos cidadãos. Assim, foram revitalizadas as delegações provinciais e distritais do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica já existentes, implantadas e/ou cobertas outras. Desta dinâmica resultou a cobertura de 41 distritos. No que se refere aos recursos humanos, regista-se um crescimento traduzido na existência de 343 profissionais, afectos ao Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica.
83. No âmbito da Ordem Pública foram registados a nível do país durante o período em apreço 29.788 casos criminais, tendo sido esclarecido 21.499, representando uma percentagem de 72% da operatividade policial (casos esclarecidos), traduzido num acréscimo de 2% em relação à 2006. Mesmo assim ficou abaixo da meta estabelecida de 74%. Na reforma legal, foram aprovadas importantes diplomas legais com impacto na organização do judiciário, designadamente a Lei da Organização Judiciária e a Lei Orgânica do Ministério Público e respectivo Estatuto do Magistrado do Ministério Público. Contudo, o programa legislativo relativo a alguns diplomas tendentes ao melhoramento do acesso à justiça, tais como o Código Penal, Código de Processo Penal, Código das Custas Judiciais, Lei do IPAJ, Lei dos Tribunais Comunitários, continuam a registar atrasos tendo em conta a necessidade constatada de, por um lado, ampliar a base social de consulta em relação aos códigos referidos para adequá-los a realidade nacional, por outro, atender as implicações orçamentais inerentes à Lei dos Tribunais Comunitários.
84. No que se refere a prevenção e combate à corrupção, foi aprovado o Plano de Acção Nacional Anti-Corrupção que integra acções dos 5 sectores críticos, nomeadamente: Judiciário, Ministérios: Finanças (Alfândegas), Interior, Educação e Cultura e, Saúde. Este plano contempla ainda os dos restantes ministérios e províncias. O conteúdo e os focos destes planos serão revistos a luz das lições aprendidas durante a implementação e os progressos atingidos no combate à corrupção em 2007.
85. Há necessidade de melhorar o sistema de monitoria e avaliação da Estratégia Anti-corrupção. Factores diversos de índole organizativo dificultaram a análise do presente estágio de implementação das estratégias nacionais e sectoriais de combate à corrupção, tendo em conta entre outras, as medidas em curso de reorganização do Gabinete Central de Combate à Corrupção e gabinetes provinciais. Com a extinção do Fórum Nacional Anti-Corrupção, as actividades deste foram atribuídas a CIRES, que tem a função de monitorar toda a Reforma do Sector Público e ao Observatório de Desenvolvimento como mecanismo permanente de diálogo e consulta entre o governo, sociedade civil e parceiros de cooperação. Urge a redefinição de mecanismo independente de supervisão e monitoria da Estratégia Anti-corrupção, para que não se perca a dinâmica imprimida por este órgão no Combate à Corrupção. Além disso continua necessário o ajustamento da legislação nacional às Convenções Internacionais que foram ratificadas e o esclarecimento da maneira que elas podem passar a ser usadas pelos Tribunais.
86. As questões transversais foram tratadas no pilar tendo em conta as especificidades de cada grupo: Na área da justiça está em implementação o programa de prevenção, combate e mitigação do HIV e SIDA no seio da população reclusória, com a intervenção de algumas ONGs na educação cívica.

Os reclusos infectados são submetidos ao tratamento anti-retroviral. Tendo em vista a resolução dos conflitos sociais, existem a nível do país 194 Centros de Atendimento à mulher e crianças estando previstas acções de expansão destes, treinamento do pessoal em matéria de atendimento as vítimas e realização de palestras sobre a matéria.

87. No sector público foram aprovados os Termos de Referência para a elaboração das estratégias de género, pessoa portadora de deficiência, HIV e SIDA que devem ser aprovadas ao longo de 2008. Na área da Descentralização o enfoque vai para aprovação de dois instrumentos fundamentais que irão contribuir para o melhoramento específico desta área (Lei 19/2007 e Estratégia de Desenvolvimento Rural).

Lições e compromissos

88. Continua pertinente a necessidade de se melhorar o diálogo entre os parceiros e o Governo no âmbito da descentralização e do Sector de Justiça.
89. É preciso melhorar a gestão de informação para a monitoria e avaliação dos sectores de governação.
90. Na área da descentralização deve-se aperfeiçoar a metodologia para a avaliação do indicador 10, incluindo a proposta de meta para 2009. Concordou-se para rever o indicador 11 no sentido de torná-lo mais objectivo e mensurável e recomenda-se a reformulação do indicador 13. Na área de Justiça propunha-se de revisão das notas técnicas 16 e 17.
91. Recomenda-se que o grupo se reúna no 2º trimestre antes a revisão semestral do ano em curso para trocar informação sobre a avaliação do OIIL e para esclarecer os critérios aplicados para as transferências fiscais aos Órgãos Locais do Estado e as autarquias (compromisso assumido na RC de 2007).

Pilar Desenvolvimento Económico

92. Os sectores que constituem o Pilar de Desenvolvimento Económico tiveram em termos gerais um desempenho positivo ao longo de 2007. Dos 9 indicadores do Pilar 5 foram atingidos, 3 não atingido com progresso e 1 não atingido. Há a destacar a melhoria em 6 posições no ranking do país no *Doing Business* como resultado das reformas levadas a cabo pelo governo. O reembolso do IVA melhorou significativamente; contudo o fraco acesso à fontes de financiamento, bem ilustrado pelo facto de mais de 90 distritos carecerem de agência bancária, agravado pelo elevado custo dos serviços financeiros continua constringendo o crescimento do sector produtivo, embora o Banco Central tenha constatado que os elevados custo dos serviços financeiros não se justificam.
93. O fraco nível de infra-estruturas como estradas, energia e comunicações constringe o crescimento do sector empresarial, ao passo que elevado custo dos *scannings* encarece as operações de comércio externo. A continuação do sistema de partilha de multas continua em vários sectores a

constituir um incentivo perverso na fiscalização. O sector privado alista a corrupção e a criminalidade como factores que afectaram negativamente o desempenho da economia.

94. O sector de estradas não atingiu a sua meta no âmbito do QAD, e realizou apenas 36% dos gastos planeados para a manutenção de rotina, em estradas asfaltada(19% da rede classificada, 5442km) e o sector de energia aumentou o acesso à energia eléctrica para cerca de 10% da população. Os elevados custos dos combustíveis líquidos constituem preocupação, tendo negativamente afectado o sector produtivo em geral, do qual é exemplo expressivo o sector pesqueiro que registou um decréscimo de produção na ordem dos 3% em comparação com 2006.
95. Concernente à gestão dos recursos naturais, destaca-se a conclusão do inventário florestal e o zoneamento agrário que permitirão uma melhor gestão dos recursos florestais e da terra respectivamente. Não obstante, exiguidade dos recursos financeiros e humanos constitui um dos maiores obstáculos no sector da agricultura para uma maior abrangência dos serviços públicos agrários.
96. No âmbito do desenvolvimento rural destaca-se o alcance das metas de Extensão Agrária, a expansão da electrificação rural, a expansão ainda que insuficiente da rede de Serviços Financeiros para o meio rural bem como a melhoria dos índices de produção da pesca artesanal.

Sector Financeiro

97. No decurso de 2007, o desempenho do sector financeiro foi positivo, não obstante o atraso registado no cumprimento das metas em relação aos objectivos do QAD. (i) O processo visando a implementação das IFRS no sistema bancário foi concluído mas com atraso, o que ditou o início tardio na sua implementação; (ii) o Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social e a Estratégia de Investimento foram concluídos; (iii) a revisão do Regime de Garantias Financeiras e o Regulamento sobre os Fundos de Pensões Privadas foram concluídos. O desempenho do sector caracterizou-se por: (i) uma variação de 17.3% do crédito nominal em 2007 contra os 32% registados em 2006; (ii) o rácio de solvabilidade do sector bancário em 2007 foi de 14,21% contra os 12,56% registado em 2006%; (iii) o rácio credito vencido/crédito total passou de 3.26% em 2006 para 2.62% em 2007; e (iv) uma redução bastante tímida do spread das taxas de juro para 10,51% contra os 10,62% registados em 2006. O sector de microfinanças caracterizou-se por um bom desempenho. O número de clientes aumentou em 53% a carteira de crédito em 67% embora a carteira em risco tenha passado de 1,5% em 2006 para 3,02% em 2007.
98. Até 2007, foram instalados no país 3 645 POS e 431 ATM o que reflecte o esforço em expandir os serviços financeiros tendo o número de balcões bancários passado de 231 para 275. O baixo nível de bancarização da economia, sobretudo nos distritos continua a ser de grande preocupação pois a rede bancária cobre apenas 33 distritos dos 128 existentes no país, contra os 28 registados em 2006. O Banco Central levou a cabo um estudo sobre o Custo de Intermediação Financeira, o qual concluiu que os elevados custos dos serviços financeiros não se justificam.
99. No concernente a segurança social em 2007, registou-se a inscrição de 2.585 contribuintes e 44.032 beneficiários, contra os 1.710 e 34.039 previstos. Em termos acumulados, registou-se a inscrição de 22.448 contribuintes e 689.953 beneficiários, dos quais estão no activo 10.467 contribuintes e 184.903 beneficiários. Referir que o sistema de segurança social cobre todo o país, num total de 11 Delegações Provinciais e 21 Direcções Distritais, para além de um significativo número de representações locais.

Sector Privado e ambiente de Negócios

100. Em 2007, Moçambique melhorou 6 posições no *Doing Business* Ranking, situando-se na 134ª posição em 178 países, como resultado do Novo Código Comercial que proporcionou a redução de tempo para registar uma empresa e consolidação da protecção dos investidores. É importante continuar a introduzir reformas rápidas e com resultados imediatos. Assim, para 2008, recomenda-se a introdução das seguintes reformas: eliminação da exigência do capital mínimo na criação de empresas e das inspecções pré-embarque, e fusão de três procedimentos para construção nos municípios, nomeadamente: pedido de DUAT, pedido de plano topográfico, e permissão de construção.
101. Os indicadores do QAD estabelecidos para 2007 foram: (31) tempo para iniciar um negócio e (32) redução do custo de despedimento. A meta (31) foi atingida. A meta (32) não foi atingida, mas há algum progresso, dado que a nova Lei de Trabalho entrou em vigor em Outubro de 2007, mas o efeito no *Doing Business* ainda é quase nulo, devido a limitações temporais impostas pelas respectivas normas transitórias. Porém, na prática e para os novos contratos, registou-se uma redução significativa dos custos de despedimento.
102. Outras reformas que se destacam, em 2007, são: (i) a introdução do sistema de quotas de contratação de mão-de-obra estrangeira, pese embora o sistema não seja ainda efectivamente automático; (ii) a criação da AT que proporcionou melhoria no reembolso do IVA e no diálogo com o sector privado; (iii) institucionalização dos BAU's, (iv) aprovação da estratégia das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e da Política de Concorrência;
103. Apesar da melhoria do ambiente de negócios em termos gerais, persistem algumas preocupações do sector privado em relação à burocracia e criminalidade, ao elevado custo e fraco acesso ao financiamento à produção (agravado pela restrição de concessão de crédito em moeda estrangeira), aos custos adicionais impostos pelo Governo no ambiente de negócios fundamentalmente no comércio internacional (custos com o scanning de contentores e cargas e o tempo de inspecções pré-embarque), e a ineficiência do sistema judiciário, particularmente para a resolução dos conflitos laborais.
104. A reforma do ambiente de negócios é uma questão transversal, sendo que envolve vários Ministérios conforme consubstancia a proposta de Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócio. Por isso, tornar-se imperioso assegurar uma estrutura organizacional eficiente, eficaz e com forte envolvimento político com vista a dinamizar as reformas.

Agricultura

105. O desempenho do MINAG no ano 2007 foi melhor que em 2006. Da análise efectuada sobre o ano de 2007, constatou-se que dos 3 indicadores em análise, um ultrapassou a meta, os restantes dois não atingiram as metas, no entanto um registou progressos. Os níveis de cumprimento variaram da seguinte forma: “nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão” (128%), “nº de hectares de novos regadios construídos e/ou reabilitados com fundos públicos (88%) e “percentagem de processos tramitados e registados no prazo de 90 dias” (52%).
106. O maior constrangimento do MINAG e a exiguidade dos recursos financeiros e humanos em relação as necessidades para abranger a maior parte dos produtores com serviços públicos agrários. Em 2007 o governo aprovou a estratégia da Revolução verde. Trata-se de, um instrumento que

conjuntamente com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e o cenário de Despesas de Médio Prazo (CDMP), servira de base para operacionalização dos vários programas do MINAG, assim como permitira uma melhor alocação e racionalização de recurso em conformidade com as prioridades do sector. No entanto, urge a necessidade de reforçar o papel do MINAG no que diz respeito a coordenação inter-sectorial, de forma a responder aos objectivos do Governo na prestação de serviços aos produtores.

107. Em relação a gestão de recursos naturais, o MINAG efectuou um inventário florestal, proporcionando ao Governo instrumentos para melhorar a gestão e conservação destes recursos. Foi iniciado o zoneamento agrário para responder a crescente demanda de terras para explorações comerciais. Houve progressos na canalização do valor proveniente das taxas de exploração florestal e faunística para as comunidades locais, aumentando em 39% em relação a 2006, no entanto apenas 308 das 1.062 foram abrangidas.
108. O MINAG deverá reforçar a sua capacidade institucional incluindo a retenção de quadros e de descentralização com vista a identificar e implementar medidas correctivas que, a curto e médio prazos, permitam o alcance de resultados com impacto positivo e sustentável no terreno. O grau de execução geral do MINAG no exercício económico de 2007 foi de cerca de 63% (excluindo os projectos cuja execução não passou pela CUT) sendo 89% no Funcionamento, 90% no Investimento Interno e 54% no Investimento Externo.

Estradas

109. Registaram-se melhorias significativas no Sector, consubstanciadas na análise dos indicadores de desempenho, apresentados durante a avaliação conjunta, com os Parceiros de Desenvolvimento. A maior parte das metas estabelecidas foram atingidas de forma bastante satisfatória; havendo a necessidade de ajustar algumas das “metas iniciais”. No Anexo I são apresentados os indicadores do Quadro de Avaliação de Desempenho. Em 2007, a meta estabelecida para o Sector de assegurar que 76% da rede classificada de estradas pudesse ser transitável em condições que variassem de boas a razoáveis, foi atingida. O valor alcançado foi de 80%.
110. Uma grande mudança operada no Sector de Estradas foi a alteração da estrutura organizacional e do pessoal nas suas Agências, em particular na ANE, com a indicação do novo Conselho de Administração, do Director Geral, de quatro Directores Executivos e dez Delegados Provinciais. Em relação ao Fundo de Estradas, este passou a assumir a responsabilidade pelos pagamentos aos Empreiteiros.
111. Relativamente ao IVA, constatou-se haver uma melhoria na sua liquidação durante 2007. No que se refere ao Sector de Estradas, tem-se também conhecimento de que o Ministério das Finanças está a fazer, através de um consultor, o levantamento do IVA suportado, desde o ano de 2002, para a sua liquidação.
112. O Sector apreciou uma proposta de programa cobrindo o período 2008/2010, baseada na actualização dos prazos de *procurement* dos projectos em carteira. Nesta proposta, foram tidas em conta as informações contidas no Cenário Fiscal de Médio Prazo. A versão actualizada do PIP 2009/2011 será apresentada oportunamente.
113. Em 2007, o Sector de Estradas gastou \$200 milhões de um total planificado de \$277 milhões, correspondendo a um desempenho de 72%, para uma meta de 70%. O melhor desempenho foi

obtido na área da manutenção das estradas não asfaltadas, levada a cabo pelas Delegações Provinciais, onde 94% do plano financeiro foi implementado.

114. A demora na contratação dos empreiteiros para realizar os serviços do programa de manutenção de rotina das estradas asfaltadas resultou num reduzido desempenho neste área, onde apenas 36% dos gastos planeados foram efectuados. A adopção de uma abordagem integrada no Sector de estradas ainda não resultou em mudanças significativas nos programas dos Parceiros de Desenvolvimento (PD's). Nas auditorias foram introduzidas as componentes técnica e de "procurement", cobrindo as actividades desenvolvidas em 2007.

Energia

115. Os indicadores e metas definidos no QAD do sector de energia para 2007, foram atingidos e em alguns casos ultrapassados. O número de novas ligações efectuadas pela EDM foi atingido e ultrapassado. Adicionalmente, foram efectuadas novas ligações através de sistemas isolados a nível de distritos, Postos Administrativos e localidades.
116. Foram nomeados os Comissários do CNELEC no âmbito do processo de operacionalização; foi assinado o Contrato-Programa entre o Governo e EDM. O desempenho nas novas ligações resultou no aumento do acesso de 8.5% em 2006, para 10% em 2007, tendo atingido o indicador para 2009.
117. A realização de novas ligações constitui a área de melhor desempenho, particularmente da EDM; o processo de reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa do Estado Português para o Estado Moçambicano, que teve lugar em 2007. O nível de perdas de transporte e distribuição de electricidade (22%) continua a ser o maior desafio do sector. Os indicadores de acesso aos serviços modernos de energia aos Centros de Saúde e Escolas não foram atingidos.
118. Como lições aprendidas no sector, destacam-se as seguintes: A necessidade de elevar a capacidade institucional do Ministério da Energia com desatrasque para planificação sectorial; A necessidade de desenvolver os mega-projectos de maneira transparente, competitiva e coerente com o quadro legal do país; A necessidade de incluir a monitoria da gestão e situação financeira da EDM na Revisão Anual Conjunta a partir de 2008;

Pescas

119. Embora os dados de produção obtidos indiquem resultados ligeiramente abaixo dos valores planificados para 2007, com impactos negativos no volume de capturas e receitas comparativamente a igual período do ano anterior, há a destacar que o reforço da capacidade institucional a nível local em meios humanos e materiais contribuiu de forma significativa para a realização dos objectivos traçados.
120. Uma das preocupações em 2007 foi a clarificação dos fluxos financeiros e o melhoramento da utilização das receitas do Estado para projectos de desenvolvimento que beneficiem os pobres. Conclusões do estudo: (1) as rendas da maior parte das pescarias são pequenas, os factores que contribuem para esta situação são o aumento dos preços do petróleo, redução do rendimento (na pesca do camarão), redução do valor do produto; (2) a renda geral poderia ser aumentada se fossem tomadas medidas de gestão para melhorar o rendimento nas pescarias do camarão e kapenta; (3) poderiam ser aumentadas as rendas da pesca artesanal só através do aumento do

esforço de pesca, recomendando-se o aumento das licenças de pesca em cerca de 4% do valor médio do produto descarregado; (4) a pesca de atum tem potencial para aumentar a renda do Governo através de uma melhor estrutura das licenças; (5) melhoramento e modernização de todo o sistema de gestão de fundos do Ministério das Pescas e Fundo de Fomento Pesqueiro.

121. O que concerne desenvolvimento rural, o Projecto da Sofala contribui para melhorar as condições das pessoas nos distritos rurais de Sofala, Zambézia e Nampula.

Pilar Capital Humano

122. As áreas desse pilar tiveram no geral um desempenho positivo no ano de 2007. Dum total de 10 indicadores, 7 alcançaram as respectivas metas, constituindo 60%, 4 não foram alcançadas, embora um destes tenha registado progressos. Importa referir que dos indicadores com metas alcançadas, todos eles ultrapassaram as metas programadas. Entretanto, persistem desafios em termos de qualidade de serviços prestados; coordenação inter-ministerial no que tange à implementação; e recolha de dados
123. Em termos orçamentais e segundo os dados do Relatório de Execução Orçamental (REO IV 2007), o total da despesa no Pilar Capital Humano em 2007 foi de 19.693 milhões de MT, o que corresponde a 37% do volume global do Orçamento do Estado (OE) executado (excluindo encargos da dívida) contra os 40% verificados em 2006. Enquanto a despesa nos quatro sectores no Pilar Capital Humano aumentou em termos absolutos quando comparado com o ano de 2006 (de 17.186 milhões de MT em 2006) para 19.693 milhões de MT em 2007), a execução orçamental em termos percentuais reduziu substancialmente (de 98% em 2006 para 75% em 2007). Os baixos níveis de execução do Orçamento são explicados pelo Orçamento de Investimento em particular pela componente externa que registou uma execução de apenas 55%, variando de 29% no sector de águas a 70% no sector de saúde. Duas razões podem explicar esta execução baixa: (1) planificação não realística, em particular no sector de águas; e (2) partilha parcial dos relatórios da execução dos orçamentos de projectos de ajuda externa (extra fundos comuns e off CUT). Enquanto se regista um aumento do volume do orçamento dos projectos registados on-budget, a informação financeira da execução desses projectos não retorna em tempo útil ao Ministério das Finanças, pelo que a execução é baixa. No entanto é importante salientar que a execução dos fundos comuns foi muito elevada. Apesar da redução em 28% em 2007, continua preocupante a situação das dívidas do Sector de Águas e Saneamento resultantes do reembolso do IVA e das participações. O volume elevado da dívida (356 milhões MT) representar um peso para a estrutura financeira e constrangeu fortemente a implementação dos PES dos organismos do sector de Água e Saneamento.
124. Os tópicos abaixo realçados são as questões chaves e comuns que surgiram nos quatro sectores do Pilar Capital Humano e que merecem uma atenção especial.
125. **Recursos Humanos** – A Gestão de Recursos Humanos continua a ser a principal preocupação na implementação dos programas nos sectores. Constitui preocupação dos sectores a sua reduzida capacidade em contratar e manter o pessoal qualificado chave, em particular no nível descentralizado. Apesar de ter havido um grande progresso em 2007 com o recrutamento de mais de 13.000 professores e funcionários de saúde, questões relacionadas com a motivação do pessoal, com o reduzido número de pessoal qualificado e com a supervisão do pessoal continuam a constituir um grande desafio. Um investimento significativo e sustentável é necessário para

fortificar a capacidade institucional do Governo nos níveis nacional e provincial. A reforma salarial será crucial. Neste contexto, é importante que a reforma salarial em curso seja concluída e implementada, com particular enfoque aos trabalhadores da “linha da frente”. É também importante garantir que a reforma salarial esteja directamente vinculada a questões gerais de gestão e desenvolvimento dos recursos humanos, em particular no que respeita à monitoria da qualidade do serviço, às oportunidades futuras para o pessoal e progressão nas carreiras. Programas de HIV/SIDA no local de trabalho para mitigar o impacto nos recursos humanos têm que ser integrados nas estratégias de desenvolvimento dos Recursos Humanos.

126. **Intensificar a capacidade da Sociedade Civil e o envolvimento das comunidades** – Dada a capacidade limitada das autoridades Governamentais, particularmente no nível provincial, para implementar os programas de redução da pobreza, a sociedade civil e as comunidades continuam a desempenhar um papel fundamental tanto na satisfação dos serviços como no apoio às autoridades na expansão da entrega dos serviços. As comunidades também têm um papel crítico na garantia da continuidade dos serviços (por exemplo: a reparação das fontes de água, trabalhadores de saúde comunitários, etc.). Dever-se-á ter em consideração a expansão das parcerias público-privado e as suas potencialidades para aliviar a sobrecarga das autoridades governamentais.
127. **Descentralização** – O nível de descentralização de fundos dos sectores para as províncias e distritos é crescente. A implementação dos programas é cada vez mais responsabilidade dos níveis locais. Ao nível da gestão de processos administrativos continua a revelar-se premente a necessidade de clarificação de competências através da divulgação da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) de 2005 e Regulamentos associados. Atenção particular deverá ser dada à intensificação da capacitação das autoridades a nível distrital, em particular em termos de planificação, monitoria e avaliação e gestão financeira. Ao mesmo tempo, a descentralização significa uma mudança no papel do nível central mais virado agora para a definição e monitoria das estratégias gerais.
128. **Intensificar a resposta ao HIV/SIDA** – Enquanto Moçambique registou progressos significativos para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs), estes avanços têm sido ameaçados consideravelmente pelo impacto da pandemia do SIDA. Os dados epidemiológicos colectados em 2007 revelaram que os índices de prevalência de HIV/SIDA continuam muito altos: cerca de 16% no grupo etário 15-49 anos. Apesar de se ter verificado um progresso importante, particularmente no tratamento, mais ainda tem que ser feito, sendo necessário acelerar a resposta nacional com ênfase na questão da prevenção. Atenção particular deverá ser dada à abordagem do HIV/SIDA em todos os sectores. Nesta linha, é importante que todos os sectores revejam conjuntamente a sua abordagem à protecção social nomeadamente às crianças órfãs e vulneráveis.
129. **Garantir que a alocação de fundos seja adequada e equitativa de modo a atingir os mais vulneráveis** – As alocações do Orçamento do Estado aos sectores muitas vezes não correspondem ao padrão dos indicadores de desenvolvimento humano e um alto nível de disparidades persiste no país (disparidade geográfica, disparidade de género). Neste âmbito e no contexto da actual reforma da gestão financeira pública, especificamente na extensão do sistema de gestão financeira (e-SISTAFE), a introdução e o uso de Programas Orçamentais precisa ser acelerada para ajudar a restabelecer as notórias disparidades.
130. **Preparação na resposta à emergência** – As emergências de 2007 mostraram que houve progressos significativos na preparação da resposta à emergência, com mais de 265.000 pessoas assistidas durante a resposta humanitária às cheias e ciclones em todos os sectores do Pilar Capital Humano. De modo a reforçar a capacidade nacional de resposta a emergências, é importante que os sectores reforcem a sua estratégia de preparação (incluindo o treinamento e o

pré-posicionamento das mercadorias), em termos da planificação e orçamentação (CFMP e no orçamento anual ao nível dos diferentes sectores); e em termos mais gerais, o Governo deve implementar uma estratégia de longo prazo como o Plano Director Nacional (por exemplo: Plano de Redução de Risco de Desastres Naturais, Plano de Mitigação de Desastres Naturais).

131. **Coordenação Inter-Ministerial** – As causas básicas da pobreza são complexas e interligadas e requerem uma intervenção holística e multi-sectorial (por exemplo a nutrição, que requer a coordenação entre todos os sectores do Pilar Capital Humano). Neste contexto, é imperioso que esforços significativos sejam feitos para reforçar a coordenação inter-ministerial bem como para assegurar a integração na provisão dos serviços sociais, particularmente no nível da implementação descentralizada.

Saúde

132. O desempenho do sector durante o ano foi aceitável pois, e registou melhorias significativas – área priorizada pelo Ministério da Saúde ao longo de 2007 e na área de Gestão de Finanças Públicas, pese embora as limitações resultantes dos atrasos de desembolsos dos fundos ao sector. Face a esta situação, grande parte das actividades planificadas foi prejudicada, nomeadamente, a formação em Cuidados Obstétricos e TARV (Adulto e Pediátrico) o que condicionou a expansão destas actividades, a extensão da rede sanitária e a compra de equipamento. Durante o período em análise, o trabalho desenvolvido pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) não se reflectiu na implementação do Plano Económico e Social. A situação financeira relativamente a área dos medicamentos revela a necessidade de uma melhor coordenação ao nível Central.
133. Durante o ano 2007, foi desenvolvida uma matriz de indicadores para o sector, o que constituiu um avanço em termos de monitoria e avaliação, na qual somente 31 dos 43 indicadores foram recolhidos e um pouco mais de 50% foi cumprido. Contudo, é ainda prematuro fazer-se uma avaliação do sector somente com base na mesma tendo em conta que é um exercício que carece de melhorias e os condicionalismos financeiros a que os programas estiveram sujeitos.
134. Dos 5 principais indicadores do QAD Geral, 3 deles atingiram as metas previstas (Cobertura DPT/HB-3^a dose, cobertura de partos institucionais e Grávidas HIV+ que receberam profilaxia, das quais o último indicador apresenta alguns progressos), 1 esteve muito próximo da meta (TARV Adultos), enquanto que 1 (TARV Pediátrico) está aquém das metas. O indicador que consta da matriz do QAD, sobre a percentagem de mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos que possuem pelo menos uma rede mosquiteira impregnada em cada distrito sem pulverização, não faz parte dos cinco indicadores utilizados para esta avaliação. Até a revisão de meio-termo, o sector irá apresentar a proposta dos indicadores para 2009, com bases no QAD do sector.
135. As áreas de melhor desempenho do sector em 2007 foram: (i) Redução de casos e a respectiva taxa de letalidade por Malária; (ii) Melhoria dos serviços, expansão de TARV/PTV e incremento de acções de formação e capacitação em ITS, HIV e SIDA; (iii) Cobertura de partos institucionais e expansão de casas de espera para as mulheres grávidas; (iv) Guiões e protocolos para a prevenção e controlo de infecções a nível hospitalar; (v) Concebida e aplicada a nova matriz QAD no BdPES incluindo a integração de dados dos diferentes subsistemas do SIS; (vi) Melhorias assinaláveis na componente de gestão financeira a nível central; (vii) Aumento da taxa de cura da Tuberculose.
136. As áreas e componentes que se evidenciam por um fraco desempenho em relação a 2006 foram: (i) Fraca expansão das actividades de formação em Cuidados Obstétricos de Emergência Básicos e

Completos (COEB/COEC); (ii) Agravamento da situação Nutricional; (iii) Fraco sistema de recolha de dados sobre as actividades de AIDI comunitário; (iv) Falta de consensos sobre o desempenho das actividades desenvolvidas pelas ONGs a todos os níveis; (v) Fraca orientação e incorporação do Género nos programas de saúde; (vi) Baixa detecção de casos de Tuberculose; (vii) Fraca planificação anual e de meio-termo e fraca monitoria da implementação do plano; (viii) Redução do fluxo financeiro e atrasos dos desembolsos; (ix) Fraco desempenho dos serviços de cuidados domiciliários; (x) Deficiente implementação das estratégias de envolvimento comunitário no que concerne a promoção da saúde e prevenção da doença.

Educação

137. Em 2007 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) registou progressos na implementação do Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC). A taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos atingiu os 70,0% contra os 67% programados. A meta prevista da taxa de conclusão (raparigas) também foi ligeiramente ultrapassada tendo atingido os 28,8% contra os 27% planificados (ano n 2, 2006).
138. A relação aluno professor ficou nos 73/1 contra os 71 programados. O MEC contratou mais de 11 mil funcionários em 2007. Uma das causas para que não se atingisse a meta foi o atraso nos processos de substituição dos funcionários que deixam o sector.
139. O êxito alcançado deveu-se às acções de implementação dos novos modelos de formação de professores, do programa acelerado de construção de salas de aula, assim como dos programas de distribuição gratuita de livros escolares, do apoio directo às escolas, do funcionamento dos Conselhos de Escola e da descentralização de fundos e responsabilidades para as províncias e distritos.
140. Registou-se um aumento do nível de execução financeira. A despesa total do sector da Educação em 2007 foi de 10.765 Milhões, representando uma taxa de execução de 80% da Dotação Actual do sector de 13.536 Milhões de MTs. A execução da FASE quase duplicou, como resultado das melhorias operadas no sistema de gestão financeira o que contribuiu para o aumento dos fundos externos ao sector incluindo o FTI. Melhorou a utilização dos sistemas nacionais pelos parceiros para a canalização dos fundos externos.
141. O desempenho (julgado na base do E-QAD) foi positivo. O sector está no caminho certo para tornar o sistema de educação cada vez mais eficaz e eficiente. Entretanto, há ainda grandes desafios nas áreas de (1) qualidade de ensino, (2) expansão sustentável do sistema pós-primário e (3) capacidade de gestão dos programas, sobretudo ao nível descentralizado.

Água e Saneamento

142. O sector de água atingiu e mesmo superou consideravelmente a meta prevista no QAD 2007. O número de novas fontes dispersas de água construídas foi 1.529 contra 1.055 fontes planificadas. As taxas de cobertura também mostraram um aumento substancial, aumentando o nível de cobertura de água rural e urbana em 48,5% e 40% respectivamente, aumentando o acesso a água potável para 9.871.523 pessoas, por outro lado a cobertura do saneamento aumentou para 47% em zonas urbanas e 39% em zonas rurais.

143. De acordo com o Relatório de Execução Orçamental (REO) a execução financeira global do sector em 2007 foi de 42,4%, uma forte diminuição em comparação com o ano anterior quando a taxa de execução foi de 89,5%. No entanto, informação do Sector indica que a execução financeira foi bastante maior e atingiu um valor na ordem de 70%. A diferença surge na falta de articulação interinstitucional e a falta de instalação de e-SISTAFE nos organismos do sector. É urgente a instalação de uma Unidade Gestora Executora (UGE) na DNA e noutros organismos do Sector que não dispõem de acesso directo a e-SISTAFE.
144. Embora se tenha reduzido em 28% durante o ano, o valor da dívida do Sector com IVA e comparticipações (356 milhões MT) continua a representar um peso para a sua estrutura financeira e constrangeu fortemente a implementação dos PES dos organismos do sector. O problema da dívida deve ser tratado ao nível mais alto tendo em conta a conjuntura do problema e das suas implicações no sector público.
145. O apoio dos Parceiros de Cooperação ao Sector continua pouco harmonizado. Contudo continuam os esforços conjuntos para a criação de um SWAP, que visa estabelecer uma abordagem programática para o financiamento do subsector de água e saneamento rural.
146. No quadro da descentralização o Sector definiu o novo papel de cada nível e iniciou um processo de descentralização dos fundos para os Distritos e Províncias que ajudará a implementação do Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural.
147. Por outro lado, constata-se que o sector está a dar seguimento das recomendações sobre a auditoria do desempenho do sector de águas realizada pela IGF entre 2005/2006. Assim, grande parte das recomendações foram implementadas e outras estão em curso.
148. As áreas de melhor desempenho do sector em 2007 foram: (i) Abastecimento de Água Rural que registou um crescimento na ordem 5.4%, (ii) Abastecimento de Água Urbana que registou um crescimento na ordem de 2.0% (iii) Saneamento Rural que registou um crescimento na ordem de 2.0%; (iv) Saneamento Urbano que teve um crescimento na ordem de 1%; (v) Reabilitação de 107 estações hidroclimatológicas o que representa uma execução adicional de 60% em relação ao planificado.
149. Foram também áreas de melhor desempenho a componente de descentralização com a elaboração e aprovação de documentos que clarificam os papéis e responsabilidades de cada nível, a área de reformas institucionais com a aprovação de instrumentos legais de extrema importância para o sector. Encontra-se também na senda do melhor desempenho a elaboração de documentos estratégicos como o documento sobre o Sistema de Informação Nacional sobre Água e Saneamento (SINAS). No geral, o sector teve um bom desempenho.
150. As áreas de fraco desempenho do sector em 2007 foram: (i) fragilidades em relação a coordenação intra e inter-sectorial, com destaque para o relacionamento com os parceiros de cooperação e de implementação que como exemplo resultou na diferença de dados relativos a execução orçamental. Constitui também área fraca, a não elaboração de um plano de prevenção de corrupção.

151. De um modo geral, considera-se positivo o desempenho do sector da mulher e acção social. Na área da Assistência Social Básica. Continuaram a ser implementados os programas Subsídio de Alimentos (PSA), Apoio Social Directo, Benefício Social pelo Trabalho, Geração de Rendimentos e Desenvolvimento Comunitário. No caso do PSA, que constitui um dos maiores programas de assistência social do Governo, cobrindo actualmente 112.977 beneficiários directos contra 100.571 atendidos em 2006. O MMAS assistiu, através dos primeiros três programas, 143.305 pessoas correspondendo a um sobre cumprimento em 19% em relação à meta do QAD para 2007, fixada em 120.437.
152. Em relação ao PSA, foi aprovado, em 2007, o aumento dos escalões (de 70 para 100 MT no valor mínimo e de 140 para 300 MT no valor máximo), bem como o aumento do número de delegações do INAS de 19 para 30, permitindo a aproximação dos serviços aos beneficiários e a redução de custos administrativos. Observou-se igualmente uma melhoria significativa na execução orçamental do sector de 76,94% em 2006 para 98% em 2007.
153. As áreas de melhor desempenho do sector em 2007 foram: (i) Programas Subsídio de Alimentos (PSA) em 16%, (ii) Apoio Social Directo em 54% e (iii) Benefício Social pelo Trabalho em 38%; (iv). Destacou-se também a aprovação da Estratégia para Criação de um Sistema integrado de Monitoria e Avaliação do sector que irá garantir uma maior visão sobre os tipos de serviços prestados, os números dos respectivos beneficiários e os seus impactos; e da Lei da Protecção Social, a qual define no quadro jurídico o âmbito de intervenção da segurança social básica.
154. As áreas de fraco desempenho do sector em 2007: (i) O atendimento às crianças em situação difícil (órfãs e vulneráveis) destaca-se como uma das áreas onde são ainda necessárias melhorias significativas. No primeiro semestre de 2007 foi reportado o atendimento a 88.274 crianças, das quais 47.589 em idade pré-escolar, 40.685 em situação difícil sendo que nestas últimas 23.277 foram COVs. O Ministério não dispõe de dados fiáveis relativos ao segundo semestre, estando a trabalhar na uniformização dos métodos de recolha e sistematização de dados usados pelas DPMAS. Apesar de ter sido desenvolvido um plano abrangente de assistência técnica na área da protecção social, a criação de uma base de dados que permita ao sector armazenar dados e informações sobre as suas intervenções para auxiliarem, sobretudo, os processos decisão e de planificação, continua a constituir um importante desafio.

Assuntos Transversais

HIV/ SIDA

155. Em 2007 foram alcançados progressos importantes no âmbito da realização e alcance das metas da matriz do QAD para 2007 (Transmissão vertical HIV e mitigação dos impactos em COV). Ainda que tenha registado algum progresso, a meta do tratamento antiretroviral e as crianças que beneficiam do TARV Pediátrico não foi alcançada.
156. A prevenção continuou a merecer uma atenção de relevo. Um Grupo de referência de alto-nível sobre a prevenção foi criado em 2007, tendo como parceiros os representantes do Governo, da sociedade civil e das agências de cooperação. Um projecto-piloto de Aconselhamento e Testagem

Comunitário em Saúde, inserido na integração de serviços, alargou a testagem em família para junto das comunidades, com uma aderência ao teste de 98%. O reforço das acções de informação, comunicação e educação resultou na formação de comunicadores das organizações comunitárias em todo o país. A distribuição de preservativos progrediu tendo sido disponibilizados em 2007 cerca de 68.798.000 de preservativos masculinos, representando um aumento de cerca de 60% em relação ao disponibilizado em 2006 (43.154.342 preservativos). Quanto ao preservativo feminino, foi iniciado um projecto-piloto com vista a colher dados para uma distribuição mais ampla. Na provisão de serviços, foram realizadas formações de profissionais de saúde em diagnóstico e administração de ITS; foi expandido o programa Geração BIZ para jovens cobrindo todo o país; aumentou-se o número de postos oferecendo os serviços de prevenção de transmissão da infecção com HIV de mãe para filho para 658 locais (386 clínicas pré-natais e 272 maternidades, contra os 222 locais de PTV no final de 2006; o número de pacientes recebendo tratamento antiretroviral aumentou de 44.100 em 2006 para 88.211 em 2007, dos quais 62% são mulheres e cerca de 7% são crianças.

157. As áreas cujo desempenho não terá sido o ideal em 2007 foram: apesar da resposta nacional estar cada vez mais robusta para enfrentar os actuais cenários que a evolução da epidemia coloca, há que ultrapassar os desafios relacionados com a limitada capacidade para articular, implementar e prestar informação sobre as acções em curso, o que se reflecte na coordenação e monitorização multi-sectorial; a demora da operacionalização do Agente de Gestão de Subprojectos teve implicações ao Secretariado Executivo do CNCS que continuou a prestar muita atenção na gestão das subvenções, particularmente os Núcleos Provinciais, em vez do seu mandato principal de coordenar e monitorizar a resposta Nacional e provincial; pode-se dar o exemplo dos programas de prevenção do HIV e melhoria da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, baseada em habilidades para a vida que estão a ser expandidos para todo o país, mas que, apesar disso, ainda estão a ser implementados eficientemente em menos de 50% das escolas, o que mostra a necessidade da resposta multi-sectorial ter que conseguir atingir um nível adequado aos desafios actuais da epidemia; apesar do crescente esforço da coordenação e harmonização entre o Governo e seus parceiros, os custos transaccionais para o Governo foram altos com impacto sobre o nível de desembolso; O nível de despesas 2007 do Secretariado do CNCS reduziu de cerca de 20% comparativamente àquelas de 2006.
158. A importância da coordenação da resposta do sector público é reconhecidamente importante tal como é a estratégia de combate ao HIV e SIDA na função pública, que está em fase de elaboração; os levantamentos baseados na população que procuram trazer evidências (Ronda de vigilância epidemiológicas – biológica e comportamental – incluindo o INSIDA, BSS+) são elementos importantes orientar respostas efectivas; A Medição de Gastos no Combate ao HIV/SIDA (MEGAS) confirmou a necessidade de se ter um Plano Nacional Estratégico orçamentado/custeadado com vista a assegurar os mecanismos de alocação de fundos baseados na necessidade (mobilização de recursos e avaliação imediata dos fossos de financiamentos); a feminização do HIV e SIDA fica um assunto fundamental e o desenvolvimento de programas deve incluir esforços para atacar a questão dos desequilíbrios de género e as normas sociais que tornam a mulher e, particularmente as raparigas, mais susceptíveis a infecção com HIV.

Género

159. A meta do QAD/PAF 2007 “PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género em relação aos sete sectores prioritários, nomeadamente: MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH” não foi atingida mas registou progresso. Uma análise sobre o desempenho dos sectores mostra que no geral, há uma melhoria na abordagem das preocupações anteriormente expressas (ex. esforços para inclusão de mulheres nos programas de alfabetização,

melhoria na provisão de cuidados obstétrico e no aumento da cobertura geográfica dos Gabinetes de Atendimento para Vítimas de Violência.

160. Houve um crescente reconhecimento das questões de género, através do estudo sobre a contribuição da mulher no crescimento económico e do desenvolvimento de protocolos para a provisão de cuidados médicos às vítimas de violência. A produção do relatório do CEDAW, a disseminação da Política de Género e da estratégia da sua implementação, a elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher e a criação dos Conselhos Distritais para Avanço da Mulher (CDAM) constituíram oportunidades estrategicamente importantes para a equidade de género e respeito dos direitos humanos das mulheres.
161. As áreas de fraco desempenho registadas em 2007 são: (i) Sectores Económicos e Produtivos a Igualdade de Género é quase inexistente, daí a necessidade de envolvimento dos pontos focais de género dos sectores, na Planificação e Orçamentação; (ii) No sector de águas, a inexistência de dados desagregados quer em termos de acesso ou impacto, dificulta a avaliação do desempenho do sector em termos de medidas para promoção de igualdade de género; (iii) A taxa de mortalidade materna continua alta tendo subido de 191/100.000 por nascidos vivos, em 2006, para 198/100 000, em 2007.
162. Contudo, ainda persistem desafios importantes, tais como, (i) a necessidade de desenvolver mais esforços para a igualdade de género nos sectores, colocando-se com mais acuidade na saúde, educação e água; (ii) a contínua falta de dados desagregados por sexo torna virtualmente impossível a análise das intervenções com vista a integração de género e seu impacto nos homens e mulheres; (iii) na execução do orçamento, os classificadores actuais não capturam completamente as despesas tendentes a igualdade de género nos planos e orçamentos sectoriais, enfatizando a necessidade do desenvolvimento de metodologias e instrumentos apropriados ao contexto para a orçamentação baseada no género.

Segurança Alimentar

163. O ano 2007 foi caracterizado pela ocorrência de uma série de choques ambientais (cheias, ciclones e seca) que influenciaram significativamente o estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população moçambicana, declinando o acesso físico e económico dos alimentos aos agregados familiares (AFs) mais vulneráveis (ex. AFs de produção deficitária e de baixa renda, AFs com qualidade de dieta pobre e os AFs com membros sofrendo de desnutrição). Deste modo, o Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) através do Grupo da Análise da Vulnerabilidade (GAV) identificou em Maio de 2007 que cerca de 520.000 pessoas em situação extrema de insegurança alimentar (InSA) e que necessitariam de uma assistência alimentar até Maio de 2008 em todas as províncias do país nas regiões Sul e Centro. Neste sentido, uma acção específica de monitoria da situação de SAN realizada em Outubro de 2007 confirmou tal cenário.
164. Na componente estratégica da implementação, o Conselho de Ministros aprovou em Outubro de 2007 a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) e o respectivo plano de acção para o período de 2008-2015, através do Decreto 56/07 de 10 de Dezembro. A ESAN II resulta da evolução da ESAN I (aprovada em 1998) e constitui um documento orientador que inclui entre os vários temas o direito humano à alimentação adequada (DHAA), o HIV/SIDA, a desnutrição crónica e a descentralização. A implementação da ESAN II passa pela: (i) aprovação do Estatuto Orgânico do SETSAN em Junho de 2008; (ii) alocação de fundos para a coordenação da agenda de SAN feita pelo SETSAN, para os sectores da Agricultura, Saúde e Comércio — ao nível nacional

— e para os SETSAN – Provinciais; (iii) inclusão da SAN nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD); (iv) e a implementação da legislação de SAN e DHAA.

Desminagem

165. Foi desminado 98% das áreas identificadas pela pesquisa de impacto realizada em 2000/2001. Uma nova pesquisa realizada em 2007 identificou cerca de 9 milhões de m², o que levará o Governo a solicitar a extensão do prazo de 2009 para 2014. A meta anual de educação cívica foi atingida, enquanto que as outras das áreas de clarificação, assistência às vítimas de minas e de advocacia e mobilização de recursos não foram atingidas, mas tiveram progressos.
166. Comparativamente a 2006, em que foram clarificados 10.4 milhões de m², localizadas e destruídas 23,888 minas e 1.069 engenhos explosivos, houve reduções acentuadas dos níveis de clarificados e de minas e UXOs destruídos, situados em 80%, 96% e 42%, respectivamente. Esta redução deveu-se principalmente ao direccionamento da capacidade dos operadores internacionais de desminagem humanitária que operam em Moçambique para a realização de pesquisas com vista a determinação da dimensão real do problema de minas no país. Também é causa da redução dos níveis de clarificação à retirada de alguns operadores humanitários em virtude da redução de financiamentos ao sector de desminagem no país. Para a condução das operações de desminagem, em 2007, o país contou com o contributo de 3 operadores humanitários, a Halo Trust, a Handicap Internacional e a APOPO
167. Para a realização das actividades o programa contou com a contribuição dos parceiros internacionais na ordem dos 2.1 milhões de dólares americanos e o Estado com cerca de 31,3 milhões de Meticais destinados a suportar os custos operacionais do IND, clarificação de áreas de interesse social e pesquisa de áreas suspeitas de estarem minadas.

Ambiente

168. A aprovação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS), bem como da Política e Lei do Ordenamento Territorial (LOT) constituiu um marco importante em 2007, apesar de se notarem ainda fraquezas na adopção prática dos instrumentos legais do sector do ambiente e na ausência de uma visão integrada do desenvolvimento sustentável.
169. O indicador do QAD não foi atingido, apesar do progresso assinalado. De facto, a nível local, salientam-se progressos na integração da componente espacial nos planos distritais por via dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) em conformidade com os vários instrumentos de Ordenamento Territorial e capacitações realizadas á luz do programa nacional de descentralização coordenado pelo MPD. No entanto a emergência que assolou o país no 1º trimestre do ano em referência, absorveu grandes recursos e atenção do sector.
170. Ainda é necessário: i) melhorar a actuação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CONDES) no fortalecimento da coordenação intersectorial para se aprofundar o processo de integração da agenda ambiental nos planos e programas sectoriais, através de instrumentos como as Avaliações Ambientais Estratégicas, com prioridade para a agricultura, minas e energia; ii) elaborar guiões metodológicos, no contexto da LOT que facilitem a aplicação prática da Lei e continuar a capacitação de decisores em matérias de planeamento e gestão dos recursos naturais, até ao nível

local, dando atenção particular às questões dos assentamentos informais; iii) estabelecer um sistema de informação ambiental fiável e disponível para o público, incluindo indicadores ambientais que conduzam à produção regular de relatórios sobre o estado do ambiente e estatísticas ambientais; iv) fortalecer a inspecção ambiental dos planos e programas aos níveis sectorial, provincial, distrital e autárquico; e v) definir as responsabilidades dos vários parceiros na implementação do Plano Nacional de Acção para Adaptações às Mudanças Climáticas (PANA) e incentivar o uso do mercado de serviços ambientais, tais como, mercados de carbono e práticas de conservação.

Desenvolvimento Rural

171. Durante o ano de 2007, foi aprovada a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), a 11 de Setembro, que vai contribuir para que políticas sectoriais específicas e os planos e programas de acção técnica e administrativa sejam consistentes com a transformação pró-rural do padrão da criação de riqueza em Moçambique. Nesse ano, foi estabelecida a Agência de Desenvolvimento Económico Local (ADEL) de Inhambane elevando para 8 o número de ADELS no país. Houve fortalecimento das ligações de mercados rurais através das acções do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA), do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores orientados para o Mercado e do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural da Zambézia (PRODEZA).
172. Contudo, destacam-se os seguintes desafios: (i) a natureza transversal do desenvolvimento rural e, conseqüentemente, a coordenação entre os vários actores; (ii) o reforço da harmonização das actividades e um diálogo inclusivo tendente a dinamizar um desenvolvimento rural integrado e sustentável; (iii) a falta de uma ligação intrínseca entre a recém aprovada estratégia de desenvolvimento rural e os mecanismos de financiamento distrital para geração de renda e emprego.

Ciência e Tecnologia

173. Durante o ano de 2007 no que se refere à implementação de acções destaca-se o seguinte: (i) Investigação Científica, foram criadas 97 oportunidades de bolsas de estudo correspondendo a 37% (263 previstas, matriz do PARPA II), foram realizadas 15 expedições científicas correspondendo a 50% de execução (30 Previstas, PES 2007); foi produzido o relatório bienal de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique para o período de 2005-2006 correspondendo a 100% de execução (01 previsto, PES 2007); foi criado o Centro de Investigação em Etnobotânica correspondendo a 100% de execução (01 previsto, PES 2007) (ii) Tecnologias de Informação e Comunicação, foram ligadas à rede do Governo Electrónico 23 instituições a nível Central correspondendo a 115% de execução (20 previstas, PARPAII), 53 instituições ao nível provincial correspondendo a 88.33% de execução (60 previstas, PARPAII), foram Treinados no total 311 professores correspondendo a 107.24% de execução (290 previstos, PES 2007), foram criados 3 centros multimédia comunitários (iii) Transferência de Tecnologia e Inovação, foram estabelecidas as bases de dados dos inovadores nacionais, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT); foram realizadas 5 demonstrações tecnológicas correspondendo a 125% de execução (4 previstas, PES 2007); e foi aprovado o decreto de criação que concede a autonomia administrativa financeira do Centros Regionais de C&T.

Calamidades

174. O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) continuou a concentrar os seus esforços na implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades iniciada em 2006. Os principais destaques são: (i) o reforço da capacidade institucional e de coordenação do INGC; (ii) as iniciativas de mitigação de calamidades nas zonas áridas e semi-áridas; (iii) a capacitação intensiva sobre Gestão de Risco de Calamidades e a realização de exercícios de simulação de ocorrência de calamidades; (iv) o reajustamento e a implementação do plano de contingência; e (v) a resposta imediata à situação das cheias, com particular destaque para o resgate rápido das pessoas em zonas inundadas.

175. Como recomendações destacam-se: i) melhoria da coordenação multi-sectorial e a integração da redução de riscos nos planos sectoriais a todos os níveis; ii) a criação de um fundo nacional de calamidades, a ser orçamentado no Cenário Fiscal de Médio Prazo e alimentado também por outros mecanismos; iii) definição clara e uniforme de indicadores de progresso e indicadores sectoriais na redução da vulnerabilidade às calamidades em todos os sectores; e (iv) introdução de melhorarias no processo de reassentamento, garantindo o seu alinhamento com os programas de desenvolvimento e redução de vulnerabilidade a calamidades.

IV DESEMPENHO DOS PAP EM 2007

176. A revisão do desempenho dos PAP em 2007 foi efectuada por uma equipa de consultores independentes. A base para a avaliação foi a matriz QAD dos PAP para 2007 conforme acordado com o GdM e os PAP durante a Revisão Semestral de 2006. A matriz do QAD reflecte os princípios da Declaração de Paris, mas adaptada à realidade moçambicana. A próxima avaliação do desempenho dos PAP irá ocorrer durante a RC de 2009. Em 2007 Registou-se a entrada de Áustria para o grupo dos PAP.
177. No geral, o desempenho do grupo foi misto, com melhorias em algumas áreas mas com um fraco desempenho em outras áreas. Apesar de melhorias de alguns PAP, o desempenho em geral foi baixo quando comparado com o ano de 2006. Houve progressos em quase todas as áreas, mas muitas vezes não suficientes para atingir as metas. Comparado com 2006, houve uma descida na pontuação do grupo como um todo.
178. Como no ano anterior, houve uma grande variação de desempenho entre os PAP, com alguns a atingir todas ou quase todas as metas, e outros com pontuações mais baixas. Em média, cada meta foi atingida por apenas dois terços dos PAP. Há uma clara distinção entre os PAP que apresentam um bom desempenho, isto é, um grupo que atinge boa pontuação, e em geral disponibiliza uma grande parte do AGO, em relação ao grupo dos PAP de desempenho fraco. Isto é preocupante, pois implica que o grupo pode estar a andar a duas velocidades.
179. Áreas de progresso na avaliação geral baseada no QAD incluem a composição de carteira, utilização dos sistemas de gestão de finanças públicas do governo e a previsibilidade a curto prazo do apoio geral ao orçamento. Por outro lado, continuam a não serem atingidas as metas de composição de carteira, apesar do referido progresso. Outras áreas de dificuldade incluem o uso de sistemas de auditoria nacionais, o número de missões e missões conjuntas e cooperação técnica coordenada (CT). Nestes indicadores os PAP não conseguiu realizar as metas do grupo e também menos de 45% dos PAP realizaram as metas individuais.
180. No que concerne a composição de carteira, houve um aumento da proporção de AGO e de apoio programático no total de ajuda externa dos PAP, comparado com o ano anterior, embora que estes aumentos não foram suficientes para atingir as metas. O AGO aumento de 34% para 36%, contra uma meta de 40%, e o apoio programático aumento de 55% para 61%, contra a meta de 71%.
181. Houve também um desempenho misto na área de previsibilidade; foi reduzido o número de PAP com acordos de menos de três anos, mas não foi possível atingir a meta. Todos os PAP fizeram compromissos no prazo estabelecido, e só um PAP não desembolsou no ano fiscal para o qual foi agendado.
182. Houve progresso na utilização dos sistemas do governo. Uma maior parte da ajuda externa desembolsada pelos PAP foi registado no OE, comparado com 2006 (Uma estimativa de 94⁴% comparado com 67% em 2006). As metas de utilização dos i) procedimentos de execução, ii) prestação de contas financeiros e iii) *procurement* nacionais foram todas atingidas. No entanto, não foi atingida a meta para utilização dos procedimentos de auditoria nacionais.

⁴ Esta estimativa está baseada nas entrevistas com os PAP, mas será sujeito a uma verificação analítica.

183. O grupo não atingiu nenhuma das três metas na área de consolidação e harmonização da condicionalidade. Embora houve algum progresso na eliminação de excepções ao anexo 10 em 2007 isto não é suficiente.
184. Registaram-se em 2007 191 missões contra uma meta de 140. Isto reflecte uma melhoria ligeira contra o ano anterior, em que houve 213 missões contra uma meta de 140, mas continua a ter um impacto negativo sobre os custos de transacção para o governo. A meta sobre missões conjuntas também está longe de ser atingida, tendo sido realizado 18% contra a meta de 30%.
185. No Reforço Institucional, atingiu-se duas das três metas, as de número de PIUs paralelo e % de cooperação técnica sectorial. No entanto, a meta sobre cooperação técnica oferecida através de programas coordenados não foi atingida.
186. Olhando para o desempenho individual dos parceiros, os mais fortes (com 30 ou mais pontos dos 36 possíveis) foram DFID, Suíça, Holanda, Bélgica, Noruega, e Finlândia. Os PAP com desempenho médio (de 23-29 pontos inclusive) foram Irlanda, Espanha, Suécia, Itália, Dinamarca, e a Comissão Europeia. Os PAP que tiveram um desempenho mais fraco (15-22 pontos) foram Canada, França, Alemanha, BAD, Banco Mundial, e Portugal. O grupo dos PAP de bom desempenho é quase igual ao de 2007. No entanto, alguns PAP bilaterais melhoraram bastante em 2007 quando comparado com 2006, como foi o caso de Espanha (aumentou 10 pontos), Itália (5), Bélgica (4), Noruega (4), Dinamarca (4) e França (4).
187. Importa referir que deve se tomar cuidado na interpretação dos resultados da análise do QAD, seja do grupo em geral ou de PAP individuais. O desempenho de alguns doadores individuais, especialmente os multilaterais, é afectado negativamente pelo uso de projectos, apesar de por vezes o uso desta modalidade ser indicado pelo Governo. Conforme foi referido em termos da avaliação do grupo no seu todo, a metodologia não permite um registo de melhorias se estas não foram suficientes para atingir a meta.
188. Convém referir também que há aspectos que não estão reflectidos no QAD, mas que no entanto valem a pena mencionar. Neste âmbito, algumas áreas de melhoria ou bom desempenho em 2007 foram identificadas, incluindo a manutenção do alinhamento do QAD (do Governo) com a matriz estratégica do PARPA II, a introdução de compromissos indicativos para projectos, alinhado com os prazos para AGO, o trabalho sobre divisão de trabalho entre os PAP, e o funcionamento de ODAMOZ.
189. Por outro lado, tem áreas que necessitam de maior atenção. O Relatório PEFA identificou a prestação de informação financeira para a orçamentação e reporte do apoio a projectos e programas como uma área de fraqueza. Destaca-se também a diferença entre os compromissos de ajuda e eventuais desembolsos; enquanto o aumento de inclusão de compromissos no OE está bem vindo, eventuais desembolsos menores que previstos em meticais levou ao governo ter de recorrer a crédito. Ainda ao nível sectorial (com destaque para a saúde e infra-estruturas) as grandes diferenças entre compromissos e desembolsos em projectos e programas levaram a níveis de investimento abaixo do previsto. Também ao nível sectorial mantem-se o desafio de maior alinhamento dos projectos e apoio sectorial (incluindo processos paralelos de *procurement*, capacidade de implementação, eliminação de condicionalidade paralela, registo no orçamento, consistência com planos sectoriais ou nacionais etc.). Outras áreas que necessitam de maior atenção incluem fundos verticais (especialmente no sector de saúde); coordenação da cooperação técnica; respeito pelos processos e fóruns estabelecidos para o diálogo técnico e político; maior

racionalização dos grupos de trabalho sectoriais dos parceiros; e a necessidade de reduzir mais os custos de transacção das revisões.

190. Para os PAP que obtiveram uma pontuação baixa para 2007, espera-se que façam o melhor nos anos futuros visto que já começaram a trabalhar para desenvolver uma carteira e estrutura de gestão de projecto mais em linha com as metas do QAD dos PAP (e da Declaração de Paris). Apesar da necessidade e desejo conjunto de aumentar a ajuda programática, devia ser salientado que os projectos podem e devem ser feitos de forma mais alinhada, e podem satisfazer quase todos os indicadores na matriz do QAD dos PAP se cumprirem com certos critérios e se estiverem alinhados com estratégias e procedimentos nacionais.
191. De forma a melhor orientar os desenvolvimentos na área de eficácia de ajuda externa, o governo está no processo de elaborar uma política e estratégia de cooperação. Espera-se que este servirá como instrumento principal para os progressos nesta área, e especificamente na elaboração de um novo MdE entre o Governo e o grupo dos PAP, processo qual deverá ser finalizado ao longo do ano de 2008. O Governo está, também, comprometido a fortalecer o processo do CFMP. Os PAP se comprometem a alinhar a sua ajuda com o CFMP e fortalecer as previsões de médio prazo no próximo MdE para apoio ao orçamento.
192. Com base na avaliação feita, e para além dos esforços individuais para melhorar a pontuação, recomenda-se que os parceiros façam um esforço para reduzir as divergências entre os compromissos e os desembolsos, e dão seguimento às recomendações do relatório PEFA, especialmente no que concerne a provisão de informação financeira. A questão do número de missões é também chave para o Governo, e maior esforço deve ser feito para atingir esta meta.

V IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Requisitos para apresentação de relatórios

193. No geral, os requisitos do MdE para apresentação dos relatórios foram seguidos pelo Governo de acordo com o parágrafo 15 do MdE. Permitiram um diálogo contínuo durante 2007 e também serviram de base para a Revisão Conjunta 2008 (PARPA II, PES 2008, OE 2008, CFMP 2008-2011, Balanço do PES 2007, Relatório de Execução do Orçamento 2007, Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo 2006). É pertinente salientar que a CGE 2006 não foi divulgada atempadamente para os parceiros. Até agora ainda não foi enviada a CGE 2006.
194. Os PAP não avaliaram o Orçamento de 2008 durante a RS 2007 e foi acordado adiar-se a avaliação para a Revisão Conjunta de 2008, o que foi feito pelo grupo de trabalho do orçamento. Este grupo também fez uma avaliação do Parecer do Tribunal Administrativo de 2006. O resultado faz parte do relatório do grupo (vide anexo IV, relatório do grupo de trabalho do orçamento).
195. Considerando o que diz o MdE a respeito da avaliação da Gestão de Finanças Públicas foi decidido na RC 2006 não fazer um relatório separado todos os anos mas que se realize regularmente uma avaliação de Gestão de Finanças Públicas (GFP) usando a metodologia padronizada PEFA. O relatório final deverá ser submetido antes da finalização da Revisão Conjunta em Abril de 2008.
196. Os PAP cumpriram com os seus compromissos de acordo com o parágrafo 16 do MdE sobre requisitos de informação.

Diálogo e Revisões

197. Os processos de monitoria e diálogo entre as revisões anual e semestral foram bem sucedidos tanto ao nível global como ao nível sectorial, sendo alinhados com o ciclo orçamental de planificação e monitoria do GdM. A RC seguiu o calendário aprovado e o uso de Português como única língua de comunicação facilitou um maior envolvimento dos intervenientes do processo.
198. Foi acordado durante a revisão semestral de Setembro de 2007 que os seguintes indicadores do QAD 2008-2010 seriam alterados: poderiam sofrer alterações antes da Revisão Semestral 2007: no 9 (na auditoria externa), no 13 (na autarquias), no 14 e 15 (no sector da Justiça), no 31 (no sector privado) e no 35 (na agricultura). Vide Anexo I – assuntos pendentes em relação às Notas Técnicas e metas indicativas.
199. Constatou-se que o Memorando de Entendimento (MdE) assinado em Abril de 2004 entre o GdM e os (agora 19) PAP sobre os termos e condições para a provisão de apoio orçamental pelos PAP para apoiar o GdM na implementação do PARPA, termina no dia 05 de Abril de 2009. O GdM e os PAP estão de acordo sobre a necessidade de se renovar o acordo entre eles sobre o apoio programático e para o efeito estão a criar um processo de trabalho coordenado para rever o MdE actual e desenhar um novo MdE, que tome em conta os desenvolvimentos na relação que se realizaram durante os cinco anos e actualize o MdE conforme. As partes procuram completar a revisão até fins de Outubro do ano corrente.

200. A previsão da divulgação do relatório do mecanismo africano de revisão de pares aponta para Julho de 2008. A Revisão Semestral prevista para Setembro de 2008 poderá ser uma ocasião oportuna para a discussão das constatações e recomendações.

Auditorias

(i) Auditoria de desempenho

201. Entre os resultados da Auditoria de Desempenho que se realizou no sector das águas em 2004/2005 destacam-se; os problemas em relação à componente interna do IVA e as dívidas acumuladas, fraca Gestão das Finanças e fraco desempenho em relação à Cobrança das Receitas, falta de dados fiáveis sobre a execução dos fundos externas, entre outros. O sector elaborou um Plano d'Acção na base das recomendações e tem implementado várias medidas para melhorar a situação. Nos últimos anos constataram-se progressos em relação às áreas de fraco desempenho.
202. Depois da Revisão Semestral de Setembro 2007 foi acordado o Plano Específico de Auditoria para a auditoria de desempenho no sector da justiça. Também foi acordado entre os PAPs e o GdM que o relatório final de auditoria estaria pronto até 31 de Julho de 2008.
203. Durante a Revisão Conjunta de 2007 foi acordado que o sector da Agricultura seria alvo da seguinte auditoria de desempenho. Sendo assim, foi acordado durante esta Revisão Conjunta de 2008, que os TdR para a auditoria estarão prontos até 22 de Maio de 2008, de modo a permitir a produção dum produto final até a Revisão Conjunta de 2009.

(ii) Auditoria aos registos financeiros do apoio programático

204. Em relação a auditoria financeira ao fluxo de fundos do apoio programático para a Conta da Tesouraria em 2007 o primeiro esboço do relatório foi apresentado mas o relatório final ainda não foi entregue.

(iii) Auditoria às Contas do Estado.

205. O Tribunal Administrativo audita anualmente as contas do Estado. A auditoria da Conta Geral do Estado (CGE) foi analisada em detalhe pelo grupo de trabalho de orçamento, também na base duma análise feita pelo Consultoria Sal. Esta análise está incluída na versão electrónica dos anexos e está disponível no website dos PAP. As conclusões principais fazem parte do relatório do grupo de trabalho de orçamento (vide Anexo IV). No 2006 o número de instituições públicas anualmente visitadas sofreu um ligeiro aumento, continuando a contribuir para que o exercício de revisão da CGE seja cada vez mais completo e documentado. Parte dos actuais comentários do TA, repetidos anualmente, surgem com base nas diferentes interpretações sobre a existência de uma legislação ou a falta de regulamento específico. No entanto, em 2007, o GdM fez alguns avanços com a publicação do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos. Permanece a preocupação dos parceiros face a necessidade de estreitamento do diálogo entre o GdM e o TA sobre determinadas matérias.